



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 03 | Março 2013



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia e do Emprego

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Março de 2013

Elaborado com informação disponível até ao dia 25 de março.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia e do Emprego

Avenida da República, 79, 1.º

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

<hr/>	
Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
<hr/>	
Iniciativas e Medidas Legislativas	33
<hr/>	
Abreviaturas Utilizadas	43

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * Em janeiro de 2013, a produção industrial mundial desacelerou para 2,4% em termos homólogos (3,2% em dezembro de 2012), tendência que se estendeu tanto às economias avançadas como aos países emergentes. Já em relação ao comércio mundial de mercadorias, assistiu-se a um reforço do seu crescimento, abrangendo quer as importações, quer as exportações mundiais. A melhoria das trocas comerciais deu-se sobretudo nas economias avançadas, especialmente da área do euro e dos EUA; nos países emergentes, o crescimento do comércio de mercadorias tornou-se mais robusto.
- * No primeiro trimestre de 2013, assistiu-se a um sentimento globalmente positivo dos mercados financeiros internacionais, refletindo, para os EUA, o acordo temporário do limite da dívida pública e os resultados do setor financeiro se terem situado acima das expectativas do mercado. Para a área do euro, a evolução favorável dos preços das ações foi principalmente impulsionada pelos avanços políticos relacionados com a resolução da crise da dívida soberana. Porém, a partir de meados do mês de março, assistiu-se a um aumento da incerteza na área do euro influenciada, em parte, pelos desenvolvimentos surgidos em torno da crise financeira do Chipre, a qual levou à depreciação da taxa de câmbio do euro face ao dólar, situando-se, no dia 22 de março, em 1,29 (1,31 no final de fevereiro).
- * No 4.º trimestre de 2012, a economia mundial continuou a crescer moderadamente, tendo o PIB do G20 desacelerado para 2,4% em termos homólogos reais (2,7% no 3.º trimestre), assente sobretudo num forte crescimento dos países emergentes (especialmente asiáticos). As economias avançadas abrandaram, tendo o PIB da OCDE registado um aumento de 0,7% em termos homólogos reais (1,2% no 3.º trimestre), abrangendo a generalidade das economias, com destaque para os EUA e a grande maioria dos países da área do euro.
- * Nos EUA, os indicadores disponíveis para o 1.º trimestre de 2013 indicam uma expansão moderada assente essencialmente na procura interna, apoiada pelo fortalecimento do mercado de habitação e por uma evolução favorável do mercado de trabalho. Com efeito, no conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2013, a produção industrial desacelerou; as vendas a retalho melhoraram; a taxa de desemprego manteve-se em 7,8% e a taxa de inflação homóloga diminuiu ligeiramente para 1,8%.
- * No último trimestre de 2012, assistiu-se a um enfraquecimento económico da União Europeia (UE) e o da área do euro (AE), o qual se deve prolongar ao longo da primeira metade do ano de 2013 devido sobretudo ao processo de reajustamento dos balanços das famílias e das empresas e à necessidade de políticas orçamentais mais restritivas. De facto, o PIB da UE e da AE deteriorou-se, tendo diminuído 0,6% e 0,9% em termos homólogos reais (-0,4% e -0,6%, respetivamente, no 3.º trimestre) em resultado da quebra da procura interna e do menor crescimento das exportações. Contudo, no conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2013, o indicador de sentimento económico aumentou tanto para a UE como para a AE, prosseguindo a evolução ascendente registada desde outubro/novembro de 2012. Em janeiro de 2013, a taxa de desemprego subiu para 10,8% na UE e para 11,9% na AE e, a taxa de inflação homóloga da área do euro diminuiu para 1,8% em fevereiro de 2013.
- * Em março de 2013, o preço *spot* do petróleo *Brent* desceu para se situar, em média, em 110 USD/bbl (84€/bbl), até ao dia 22, invertendo a tendência dos dois primeiros meses do ano.

Conjuntura Nacional

- * De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 4.º trimestre de 2012, o PIB contraiu 3,8% em termos reais, motivando uma quebra anual de 3,2%. Para esta evolução do

PIB no 4.º trimestre, contribuiu um contributo menos positivo da Procura Externa Líquida que não foi compensado pela redução do contributo negativo da Procura Interna.

- * Ainda, segundo as Contas Nacionais Trimestrais do INE, o consumo privado caiu, no 4.º trimestre de 2012, em 5,3% (tinha caído 6% no 3.º trimestre), e a FBCF registou uma quebra em volume de 13,2%. No trimestre terminado em fevereiro, a confiança dos consumidores e dos empresários da indústria, comércio, outros serviços e construção apresentou uma melhoria face ao trimestre terminado em dezembro, o indicador de Clima Económico do INE estabilizou neste período.
- * O desemprego registado pelo IEFP em fevereiro foi de 739,6 mil. Em termos homólogos, houve um crescimento de 14,1%, o que evidencia uma desaceleração face aos meses anteriores. As ofertas de emprego e as novas colocações tiveram crescimentos respetivos de 34,2% e 37,6% face a fevereiro de 2012.
- * Relativamente aos Preços, a média móvel a 12 meses das taxas de variação homóloga do IHPC foi, em fevereiro, de 2,3%, enquanto o valor registado na área do euro foi de 2,4%.
- * Até fevereiro, o saldo global provisório das Administrações Públicas, na ótica da contabilidade pública, foi de -273,3 M€, menos 882,8 M€ que em idêntico período homólogo. Para este comportamento contribuíram todos os subsectores, tendo-se registado uma diminuição do excedente dos Serviços e Fundos Autónomos (em 364,5 M€), da Segurança Social (em 348,9 M€), da Administração Regional (em 16,6 M€), uma redução do saldo da Administração Local, que passou de um excedente de 32,9 M€ para um défice de 47,4 M€, e o agravamento do défice do Estado (em 72,5 M€). Este resultado está, no entanto, em linha com o orçamentado para 2013, refletindo, em larga medida, efeitos pontuais. Em particular, a evolução do saldo dos Serviços e Fundos Autónomos traduz o efeito base da receita do leilão dos direitos de utilização de frequências da 4.ª geração de comunicações móveis, enquanto os saldos da Segurança Social e do Estado refletem, respetivamente, o diferente perfil temporal da receita do Fundo Social Europeu e da despesa com juros e outros encargos da dívida. Para o resultado da execução orçamental dos dois primeiros meses contribuem, de forma transversal, a reposição do pagamento do subsídio de Natal aos funcionários públicos e pensionistas sob a forma de duodécimos. Esta reposição teve, no entanto, em menor grau, um impacto positivo ao nível da receita fiscal e contributiva. Até fevereiro, a execução financeira consolidada¹ provisória do SNS aponta para um excedente de 125,0 M€, o que compara com um défice de 31,8 M€ registado no período homólogo.
- * De acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal, em janeiro de 2013, a dívida pública das Administrações Públicas atingiu 207,4 mil M€, mais 4 mil M€ que no final de 2012.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados² apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 5,6% no primeiro mês de 2013. Neste mesmo período, as importações decresceram 6,9%, o que levou a uma recuperação do défice da balança comercial (fob-cif) de 48,2%, correspondendo a 532 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações atingiu os 87,0%, mais 10,3 p.p. que em igual período de 2012.
- * No primeiro mês de 2013, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, excluindo os produtos energéticos, foi inferior ao crescimento das exportações totais (4,4%). As importa-

¹ Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

² Os dados recentemente divulgados referentes ao mês de janeiro de 2013 correspondem a uma primeira versão preliminar. Os dados divulgados para o ano de 2012 e presentes nos quadros e análise da secção 3. Comércio Internacional correspondem a uma nova versão preliminar face aos dados previamente apresentados.

ções decresceram a uma taxa inferior à registada pelas importações totais (-3,7%), o que levou a uma significativa melhoria do saldo negativo da respetiva balança comercial de 79,7%.

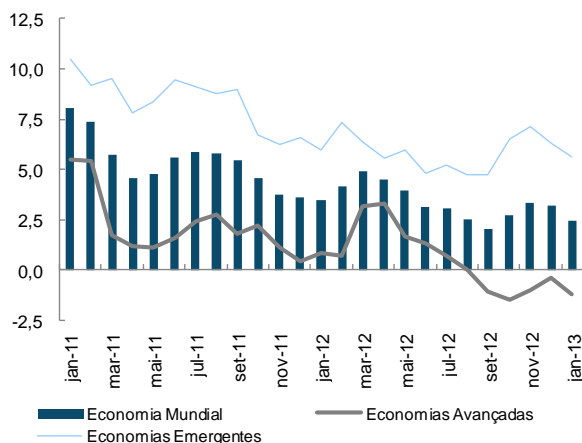
- * No último ano a terminar em janeiro de 2013, as exportações de mercadorias cresceram 5,2% em termos homólogos, sendo que a maioria dos grupos contribuiu positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo dos “Energéticos” (+1,6 p.p.), das “Máquinas” (+1,3 p.p.), dos “Minérios e Metais” e dos “Químicos” (ambos com +0,9 p.p.). No primeiro mês de 2013, deve igualmente destacar-se o contributo positivo dos produtos “Químicos” (+2,0 p.p.), seguido do contributo dos “Energéticos” (+1,6 p.p.) e dos “Agroalimentares” (+1,2 p.p.).
- * Em janeiro de 2013, as **exportações para o mercado comunitário** cresceram, em termos homólogos, 3,3 % e contribuíram em 2,4 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram uma variação homóloga positiva de 3,3 % e as exportações para os países do Alargamento 4,8 %, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 2,3 p.p. e 0,1 p.p.. As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (23.1% do total), registaram o maior contributo (+1.5 p.p.) para o crescimento das exportações Intra UE-15 seguidas das exportações para os Países Baixos e Itália (ambos com +0.7 p.p.).
- * No primeiro mês de 2013, as **exportações para os Países Terceiros** registaram uma taxa de variação homóloga positiva superior à das exportações para a UE, atingindo os 12,0%, passando a representar 28,3 % do total das exportações nacionais (+1,6 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a Argélia (+141,2%), a Turquia (+51,1%) e Angola (+33,7%).
- * Em janeiro de 2013, as exportações de produtos industriais transformados registaram uma variação homóloga positiva de 5,1%. As exportações de produtos de baixa intensidade tecnológica são as que mais contribuem para o crescimento das exportações deste tipo de produtos (+2,6 p.p.).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de dezembro de 2012, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 3,8% no ano de 2012. O crescimento da componente de Bens manteve uma taxa superior à dos Serviços (5,7% e -0,3%, respetivamente). A componente de Bens contribuiu positivamente para o crescimento do total das Exportações (+3,9 p.p.).

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

Em janeiro de 2013, a produção industrial mundial abrandou, tendo desacelerado para 2,4% em termos homólogos (3,2% em dezembro de 2012). Este abrandamento foi extensível tanto às economias avançadas como aos países emergentes.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



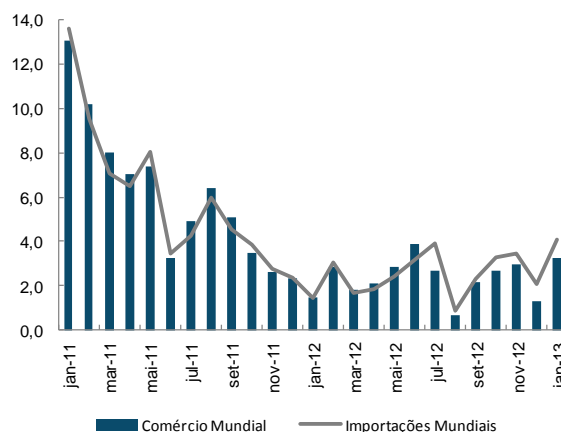
Fonte: CPB.

Já em relação ao comércio mundial de mercadorias, assistiu-se a um reforço do seu crescimento no início do ano, abrangendo as importações e as exportações mundiais.

De facto, em janeiro de 2013 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial acelerou para 3,3% (1,3% em dezembro de 2012);
- as importações e as exportações mundiais aceleraram para 4,1% e 2,5%, respetivamente (2,1% e 0,6%, em dezembro de 2012).

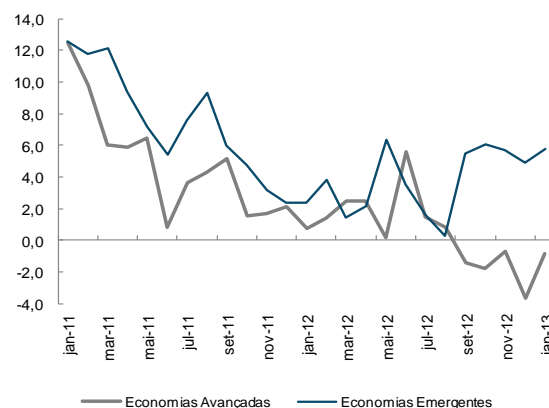
Figura 1.2. Comércio Mundial e Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

A melhoria registada nas trocas comerciais mundiais deu-se tanto nas economias avançadas como nos países emergentes, embora esta tendência tenha sido mais acentuada para o primeiro grupo de países, especialmente da área do euro e dos EUA. Com efeito, as importações das economias avançadas tiveram um crescimento nulo em janeiro de 2013 (-3,1% em dezembro de 2012) e as exportações tiveram uma diminuição menos pronunciada do que anteriormente.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

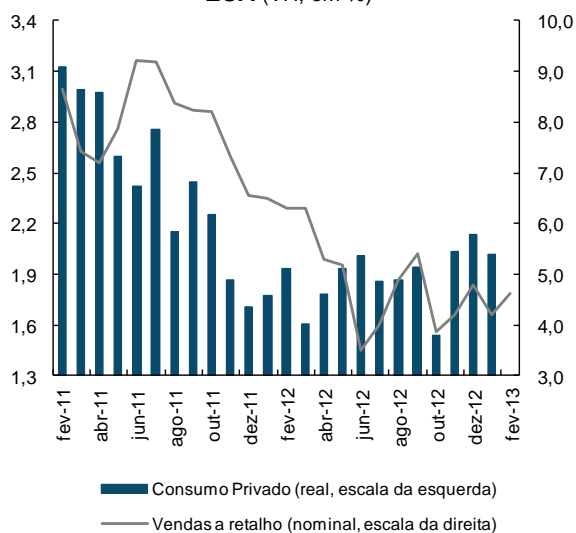
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2011	2012					2012			2013
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan	
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	3,4	4,0	4,2	3,9	2,5	3,1	2,7	3,3	3,2	2,4	
Economias Avançadas	VH	CPB	0,6	1,3	1,5	2,1	-0,1	-1,0	-1,5	-1,0	-0,4	-1,2	
Economias Emergentes	VH	CPB	5,9	6,5	6,6	5,4	4,9	6,7	6,5	7,1	6,3	5,6	
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	2,3	2,8	2,0	2,9	1,8	2,3	2,7	3,0	1,3	3,3	
Importações Mundiais	VH	CPB	2,4	3,0	2,1	2,5	2,3	2,9	3,3	3,5	2,1	4,1	
Economias Avançadas	VH	CPB	-0,1	1,4	0,5	0,8	-0,1	-1,4	-1,4	0,2	-3,1	0,0	
Economias Emergentes	VH	CPB	5,2	4,8	3,7	4,4	5,0	7,7	8,4	7,0	7,7	8,5	
Exportações Mundiais	VH	CPB	2,1	2,6	2,0	3,4	1,4	1,8	2,1	2,5	0,6	2,5	
Economias Avançadas	VH	CPB	0,6	1,8	1,6	2,7	0,3	-2,1	-1,8	-0,7	-3,7	-0,8	
Economias Emergentes	VH	CPB	3,6	3,4	2,5	4,0	2,4	5,6	6,0	5,7	4,9	5,8	

Atividade Económica Extra-UE

Os indicadores disponíveis para o 1.º trimestre de 2013 indicam que a economia dos **EUA** manteve uma expansão moderada assente essencialmente na procura interna, apoiada pelo fortalecimento do mercado de habitação e pela melhoria do mercado de trabalho.

Figura 1.4. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



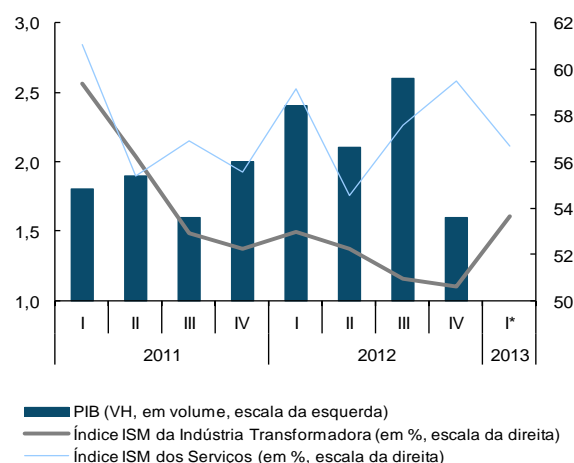
Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Com efeito, no conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2013 e, em termos homólogos, de 2012 e, em termos homólogos:

- a produção industrial desacelerou para 2,4% (2,9% no 4.º trimestre de 2012); apesar do aumento do indicador de confiança dos empresários da indústria;
- as vendas a retalho aumentaram 4,4% em termos nominais (4,3% no 4.º trimestre de 2012);
- a taxa de desemprego manteve-se em 7,8% e a taxa de inflação homóloga diminuiu ligeiramente para 1,8% (1,9% no 4.º trimestre de 2012).

Em janeiro de 2013 e em comparação homóloga, o consumo privado desacelerou para 2% em termos reais (2,1% em dezembro de 2012) e as exportações abrandaram para 3,3% em termos nominais (5% em dezembro de 2012).

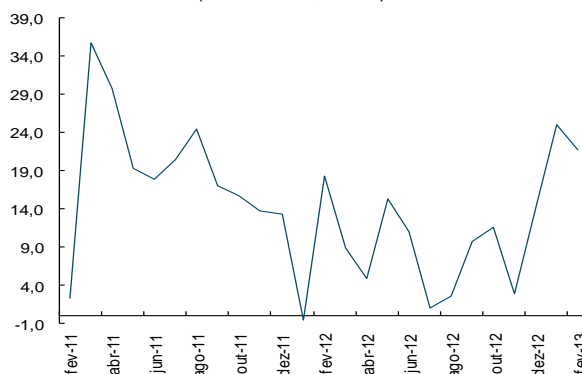
Figura 1.5. PIB e Índices de Confiança na Indústria e Serviços dos EUA



Fontes: Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management. Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contração da atividade. * Média de janeiro e fevereiro.

Os indicadores disponíveis para a **China**, sugerem que a atividade económica se manteve robusta nos dois primeiros meses de 2013. De facto, no conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2013 e, em termos homólogos, a produção industrial aumentou 9,9% (10% no 4.º trimestre de 2012); as vendas a retalho desaceleraram para 12,3% (14,9% no 4.º trimestre de 2012) e, as exportações aceleraram para 23,4% (9,5% no 4.º trimestre de 2012) especialmente para a Ásia e a África e evidenciando uma recuperação para a área do euro e o Japão.

Figura 1.6. Exportações de Mercadorias da China (VH nominal, em %)



Fonte: Instituto de Estatística da China.

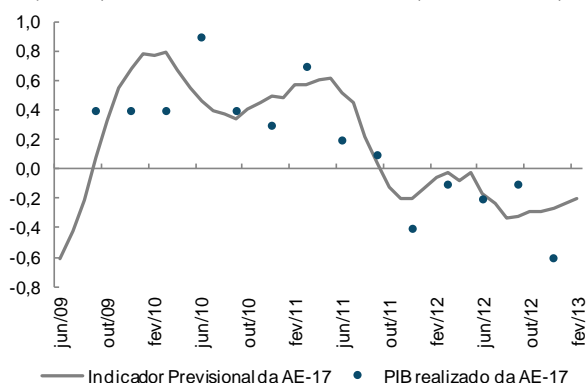
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2011	2012				2012		2013	
				4T	1T	2T	3T	4T	nov	dez	jan	fev
EUA – PIB real	VH	BEA	2,2	2,0	2,4	2,1	2,6	1,6	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	3,9	4,1	4,5	4,8	3,4	2,9	3,6	2,9	2,3	2,5
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	51,7	52,2	53,0	52,3	50,9	50,6	49,9	50,2	53,1	54,2
Índice ISM dos Serviços	%	"	57,7	55,5	59,1	54,5	57,6	59,5	60,9	60,8	56,4	56,9
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	76,5	64,8	75,5	76,3	75,0	79,4	82,7	72,9	73,8	77,6
Taxa de Desemprego	%	BLS	8,1	8,7	8,3	8,2	8,0	7,8	7,8	7,8	7,9	7,7
China – PIB real	VH	NBSC	7,8	8,9	8,1	7,6	7,4	7,9	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	7,9	14,3	8,9	10,4	4,5	9,5	2,8	14,0	25,0	21,8
Japão – PIB real	VH	COGJ	2,0	-0,1	3,3	4,0	0,4	0,4	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2013, o indicador de sentimento económico aumentou tanto para a União Europeia (UE) como para a área do euro (AE), prosseguindo a evolução ascendente registada desde outubro/novembro de 2012. O indicador previewal do Banco de Itália indica que o PIB em cadeia da AE melhorou ligeiramente em fevereiro de 2013, continuando, porém, a prever a manutenção de uma variação negativa para o 1.º trimestre (-0,6% no 4.º trimestre de 2012).

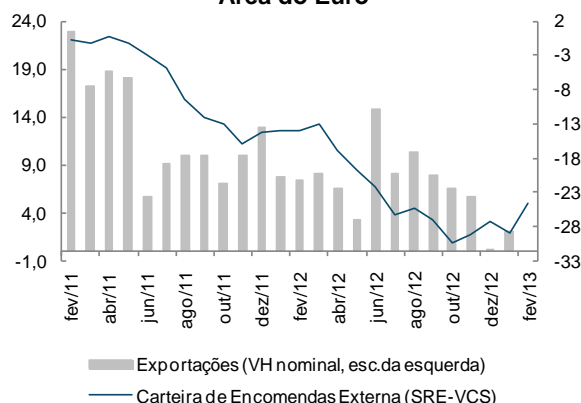
Figura 1.7. Indicador mensal da Área do Euro (€ Coin) e PIB Trimestral da AE-17 (VC real, em %)



Fontes: Banco de Itália; Eurostat.

Os indicadores quantitativos para a área do euro indicam que a procura interna se manteve fraca no início de 2013; enquanto as exportações melhoraram, tendo aumentado 2,1% em termos homólogos nominais em janeiro (variação nula, em dezembro de 2012).

Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

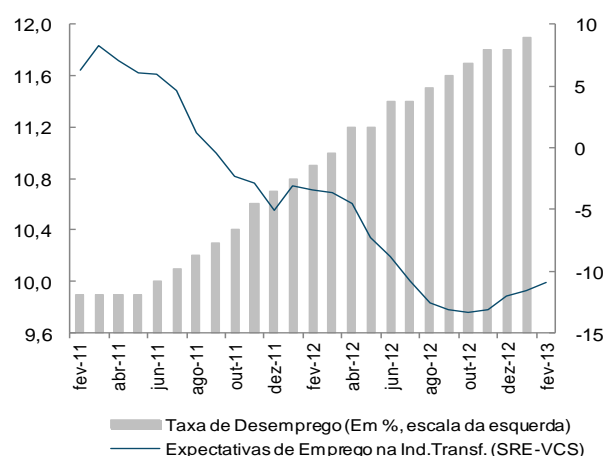
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2011					2012		2013	
				4T	1T	2T	3T	4T	nov	dez	jan	fev
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	-0,3	0,8	0,1	-0,3	-0,4	-0,6	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	90,9	93,5	94,4	92,5	88,3	88,6	89,4	89,3	90,8	92,0
Área do Euro (AE-17) – PIB real	VH	Eurostat	-0,6	0,6	-0,1	-0,5	-0,6	-0,9	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	90,5	94,5	95,4	92,4	87,4	87,0	87,2	88,0	89,5	91,1
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	-2,3	-0,5	-1,8	-2,2	-2,4	-2,9	-3,8	-1,9	-2,1	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-1,7	-0,8	-1,1	-1,5	-1,6	-2,7	-2,2	-2,9	-1,6	:
Taxa de Desemprego	%	"	11,4	10,6	10,9	11,3	11,5	11,8	11,8	11,8	11,9	:
IHPC	VH	"	2,5	2,9	2,7	2,5	2,5	2,3	2,2	2,2	2,0	1,8

Em janeiro de 2013, a taxa de desemprego subiu tanto na UE como na AE para 10,8% e 11,9%, respetivamente (10,7% e 11,8%, em dezembro de 2012, respetivamente).

Em fevereiro de 2013, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego pioraram para os setores dos serviços, comércio a retalho e construção; enquanto melhoraram para a indústria transformadora.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em fevereiro de 2013, a taxa de inflação da área do euro diminuiu para 1,8% em termos homólogos (2,0% em janeiro) e manteve-se em 2,4% em termos de variação dos últimos 12 meses. A evolução descendente da inflação resultou sobretudo da desaceleração dos preços de bens alimentares não transformados, os quais diminuíram para 3,5% em termos homólogos (4,8% em janeiro).

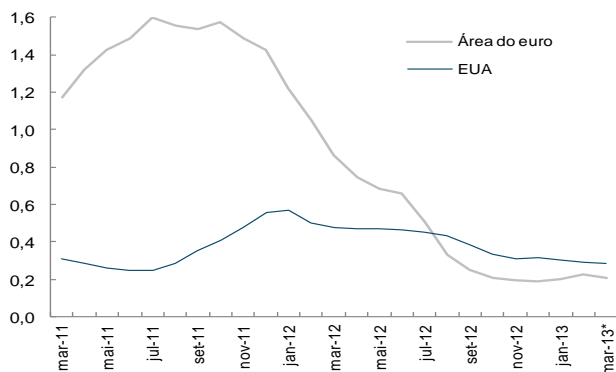
Na área do euro, os custos horários do trabalho da indústria e dos serviços mercantis desaceleraram para 1,9% em termos homólogos nominais no 4.º trimestre de 2012 (2,2% no 3.º trimestre de 2012).

No 4.º trimestre de 2012, o emprego total da economia deteriorou-se, tendo diminuído 0,8% em termos homólogos na AE (-0,6% no 3.º trimestre), acompanhado de uma ligeira quebra de produtividade, a qual diminuiu 0,1 p.p. (variação nula no 3.º trimestre).

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em março de 2013 e até ao dia 22, as taxas de juro de curto prazo desceram ligeiramente tanto para a área do euro como para os EUA. Com efeito, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em 0,21% (0,22%, em fevereiro) e a dos EUA em 0,28% (0,29% em fevereiro).

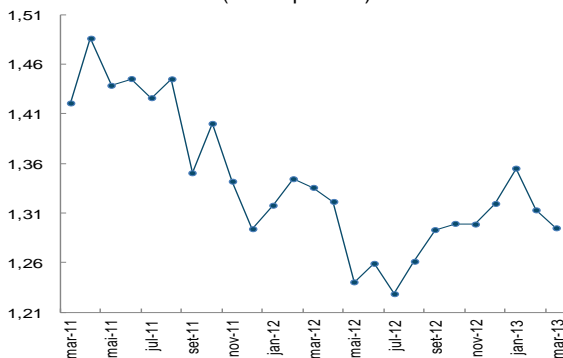
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 22.

Em fevereiro de 2013, as taxas de juro de longo prazo aumentaram ligeiramente tanto para a área do euro como para os EUA. Esta evolução refletiu, para a área do euro, os progressos registados para a resolução da crise da dívida soberana e a perceção de uma diminuição das tensões no setor bancário apesar da fraca dinâmica de crescimento. Para os EUA, o sentimento de mercado foi impulsionado pela evolução das negociações em torno do limite da dívida orçamental.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

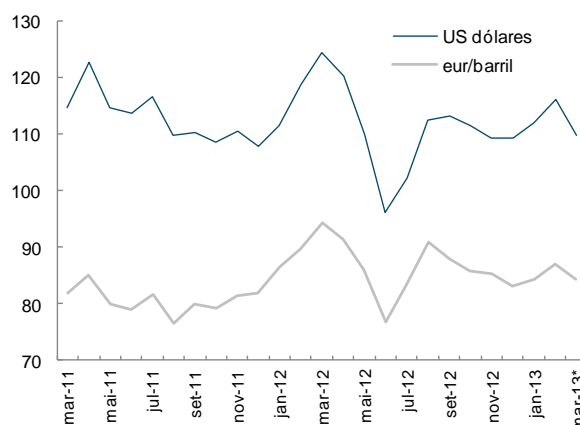


Fonte: Banco de Portugal. Para março, o valor é do dia 22.

Em março de 2013, a taxa de câmbio do euro face ao dólar depreciou-se, situando-se, no dia 22, em 1,29 (1,31 no final de fevereiro) influenciada, em parte, pelos desenvolvimentos surgidos em torno da crise financeira do Chipre.

Em fevereiro de 2013, o índice de preços relativo do preço do petróleo importado subiu para 85,9 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em março de 2013, e até dia 22, o preço do petróleo *Brent* desceu para se situar, em média, em 110 USD/bbl (84 €/bbl), invertendo a tendência ascendente registada nos dois primeiros meses de 2013.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 22.

No conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2013, o preço das matérias-primas não energéticas acelerou, tendo aumentado 2,7% em termos homólogos (1,3% no 4.º trimestre de 2012). Esta evolução foi extensível à generalidade de bens, com destaque para a subida dos preços dos metais, especialmente do ferro.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2011					2012		2013	
				4T	1T	2T	3T	4T	nov	dez	jan	fev
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	0,19	1,36	0,78	0,66	0,22	0,19	0,19	0,19	0,23	0,21
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	1,80	2,05	2,04	1,82	1,64	1,71	1,65	1,72	1,91	1,98
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	4,02	4,53	4,39	4,27	3,99	3,41	3,47	3,18	3,11	3,21
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,319	1,294	1,336	1,259	1,293	1,319	1,30	1,32	1,36	1,31
Dow Jones*	VC	Yahoo	7,3	12,0	8,1	-2,5	4,3	-2,5	-0,5	0,6	5,8	1,4
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	13,8	6,3	6,9	-8,6	8,4	7,4	2,9	2,4	2,5	-2,6
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	111,58	108,94	118,21	108,78	109,31	110,01	109,41	109,18	112,07	116,10
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	0,7	24,9	12,4	-7,1	-2,6	1,0	-1,0	1,2	0,5	-2,2
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	9,0	25,8	17,3	4,2	10,0	4,9	4,73	1,64	-2,41	-3,18
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	86,7	81,6	88,4	88,3	84,6	85,8	86,3	85,0	84,1	85,9

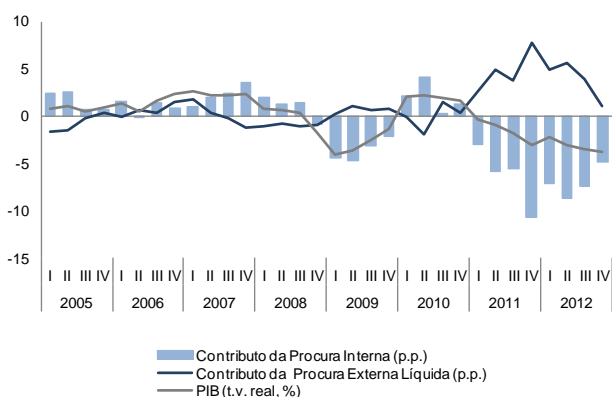
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramos de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent de 2009 a 2013 corresponde à média diária do IGCP.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

Em 2012, segundo as Contas Nacionais Trimestrais divulgadas pelo INE, o PIB registou uma quebra de 3,2% (-1,6% em 2011). No 4.º trimestre os dados apontam para um contração real do PIB de 3,8% em termos homólogos, fortemente influenciado pela redução do contributo positivo da Procura Externa Líquida face ao 3.º trimestre (1,0 p.p. contra 3,9 p.p. do trimestre anterior), não compensado pelo contributo menos negativo da Procura Interna (-4,8 p.p. que compara com -7,4 p.p. no trimestre precedente).

Figura 2.1. Contributo para a Variação real do PIB



Fonte: INE.

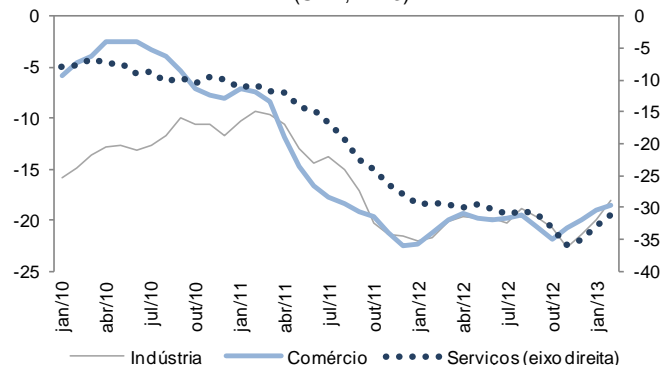
Em 2012, a quebra no VAB dos serviços foi o que mais contribuiu para a evolução do VAB (-1,1% contra -0,9% em 2011). A construção manteve um contributo negativo, mais intenso do que no ano anterior (-0,8 p.p. face a -0,6 p.p. em 2011). A indústria inverteu o seu contributo de 0,2 em 2011 para -0,4 em 2012. A agricultura e silvicultura apresentaram um contributo nulo.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao mês de janeiro mostram que, em termos homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção ficou diminuiu 3,4% e o índice de volume de negócios decresceu -3,3%, (-3,3% e -6,7% em dezembro, respetivamente);
- o índice de produção na construção e obras públicas continua em quebra (-20,5%);
- o índice de volume de negócios nos serviços apresentou uma quebra face ao período homólogo de 6,1%.

No mês de fevereiro todos os indicadores de confiança atenuaram a sua tendência de quebra, registando ligeiras subidas face ao mês anterior.

Figura 2.2. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

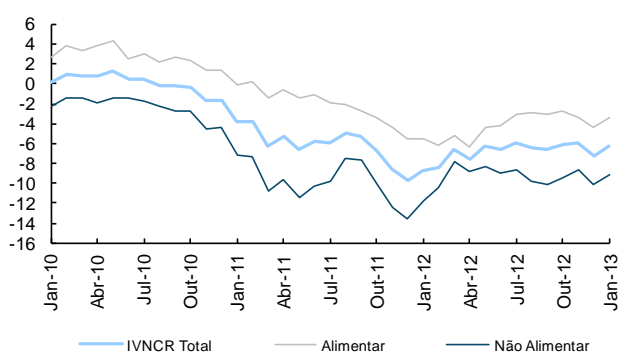
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2011	2012					2012			2013	
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan	fev	
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	:	-3,1	-2,3	-3,1	-3,5	:	:	:	:	:	:	
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-4,0	-3,3	-4,1	-3,9	-3,6	-4,2	-4,0	-4,3	-4,4	-4,3	-4,2	
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-20,3	-21,6	-20,2	-19,9	-19,6	-21,4	-23,2	-22,9	-18,2	-18,6	-17,5	
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-20,1	-22,4	-19,9	-19,9	-20,5	-19,9	-22,7	-17,3	-19,7	-19,9	-15,8	
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-31,5	-28,1	-29,6	-30,3	-31,0	-35,2	-38,5	-35,3	-31,9	-31,0	-30,1	
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-70,4	-65,3	-68,8	-71,5	-70,5	-70,7	-74,1	-70,6	-67,5	-68,2	-64,4	
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	-2,9	-4,2	-1,7	-4,9	-3,0	-2,0	14	-4,1	-3,3	-3,4	:	
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	-3,2	0,0	0,5	-4,3	-5,3	-3,5	3,0	-6,9	-6,7	-3,3	:	
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-9,7	-12,8	-9,0	-11,0	-10,1	-8,7	-4,8	-8,4	-12,7	-6,1	:	

Consumo Privado

No 4.º trimestre de 2012 o consumo privado sofreu uma queda homóloga de 5,3% (no trimestre anterior o decréscimo foi de 6%). A melhoria relativa deveu-se principalmente às variações do consumo de bens duradouros e de bens correntes não-alimentares e serviços; a variação homóloga dos bens alimentares manteve-se constante nos dois trimestres.

No trimestre terminado em janeiro de 2013, o Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou uma desaceleração na queda, sendo que o total caiu 6,2% (no trimestre terminado em dezembro tinha caído 7,2%). Tanto a componente alimentar como a componente não-alimentar contribuíram para este comportamento.

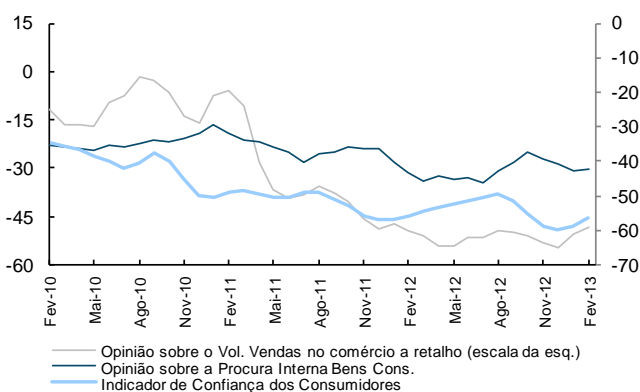
Figura 2.3. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho
(MM3, VH)



Fonte: INE.

Os indicadores de opinião das empresas, tanto sobre o volume de vendas no comércio a retalho como sobre a procura interna de bens de consumo melhoraram no trimestre terminado em fevereiro de 2013. Igual comportamento foi verificado no Indicador de Confiança dos Consumidores e de forma transversal a todas as suas componentes.

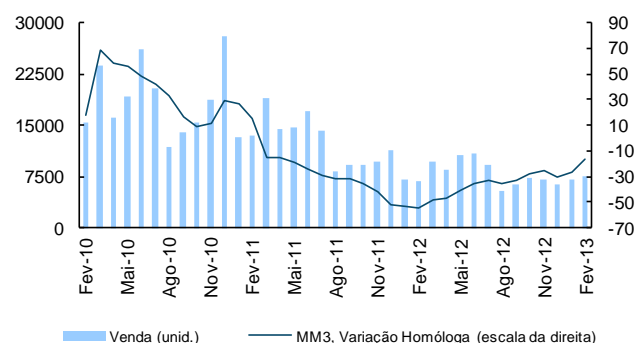
Figura 2.4. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores
(SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

O número de automóveis vendidos em fevereiro de 2013 foi 7 496, isto é, mais 489 que no mês anterior. Após as fortes quebras das vendas de automóveis ligeiros em 2012, nos dois primeiros meses de 2013 tem-se registado variações homólogas positivas.

Figura 2.5. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

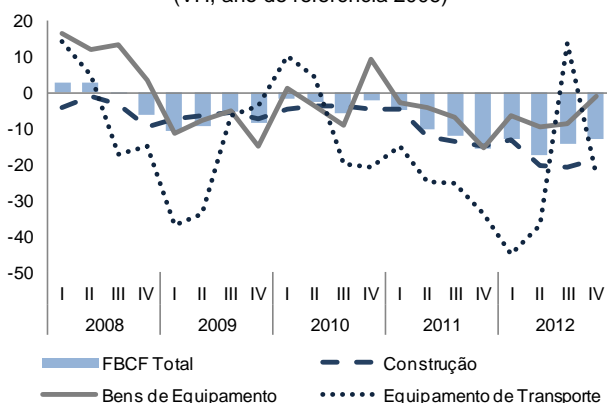
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2011	2012					2012			2013	
				T4	T1	T2	T3	T4	out	nov	dez	jan	fev	
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	-5,6	-6,5	-5,5	-5,8	-6,0	-5,3	-	-	-	-	-	
Indicador de confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-52,2	-56,8	-54,5	-51,5	-51,4	-59,8	-61,1	-59,8	-58,4	-57,8	-52,8	
Volume de Vendas no Comércio a Retalho*	VH	"	-51,7	-48,7	-50,8	-51,7	-49,7	-54,5	-54,1	-55,3	-54,1	-42,2	-48,2	
Índice de Vol. De negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-6,7	-9,7	-6,5	-6,6	-6,6	-7,2	-6,5	-5,3	-9,7	-3,7	:	
Bens Alimentares	VH	"	-4,2	-5,5	-5,2	-4,2	-3,0	-4,3	-4,3	-2,6	-5,9	-1,5	:	
Bens não alimentares	VH	"	-9,3	-13,7	-7,9	-9,0	-10,1	-10,1	-8,9	-8,0	-13,5	-6,0	:	
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	-37,9	-51,7	-48,4	-35,5	-33,4	-30,3	-19,2	-25,4	-43,6	0,7	8,6	
Importação de Bens de Consumo ***	VH	INE	-6,0	-5,2	-6,1	-5,3	-7,6	-5,1	3,2	-5,3	-13,2	-0,7	:	

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículo Todo-o-Terreno e Mono volumes com mais de 2300Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, no ano de 2012 a FBCF em volume registou uma quebra de 14,5%. Esse comportamento resultou de uma deterioração generalizada de todas as componentes, com destaque para a construção e o equipamento de transporte (desceram respetivamente 18,1 e 24,9 p.p. face a 2011). No 4.º trimestre do ano a FBCF registou uma quebra menos intensa do que no trimestre precedente (-13,2% e -14,4%, respetivamente), devido a uma quebra menos acentuada dos bens de equipamento.

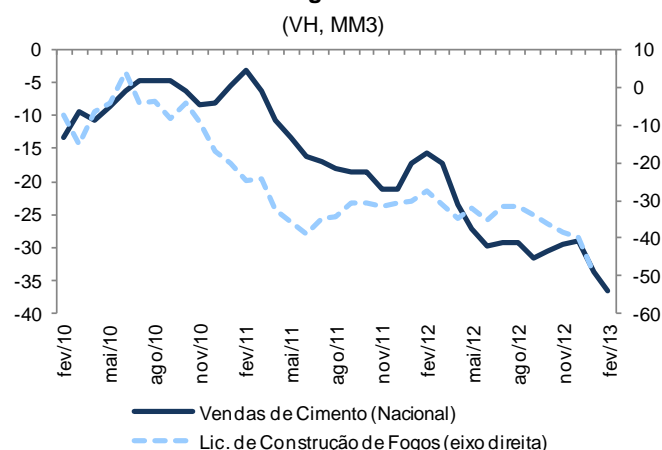
Figura 2.6. Formação Bruta de Capital Fixo
(VH, ano de referência 2006)



Fonte: INE.

No mês de janeiro, as importações de bens de capital exceto material de transporte, registaram uma subida marginal de 0,3% (3,7 p.p. acima do valor observado no trimestre terminado em dezembro). As licenças de construção de fogos apresentam uma quebra de 59,7% face ao período homólogo (no 4.º trimestre de 2012 atingiu os -40%), enquanto o índice de volume de negócios na indústria de bens de investimento para o mercado nacional manteve a sua evolução (-20,1% contra -21,8% do trimestre terminado em dezembro).

Figura 2.7. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros

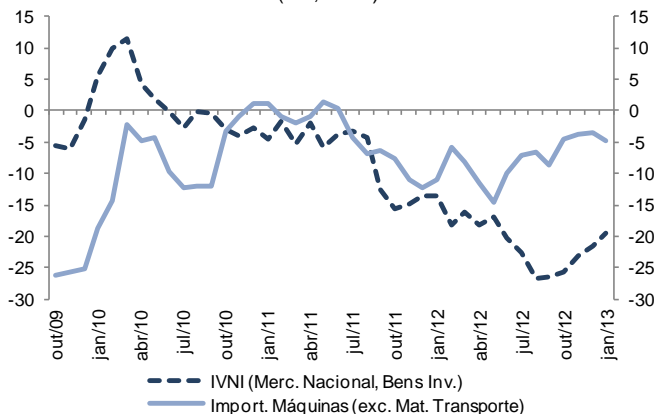


Fonte: INE.

Os dados disponíveis para o mês de janeiro e de fevereiro, mostram que, em termos médios homólogos:

- as vendas de cimento apresentam uma quebra de 36,3% (-29,1% no 4.º trimestre de 2012);
- as vendas de veículos comerciais ligeiros subiram 12,7% (-52% no trimestre terminado em dezembro);
- a opinião dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso, continua negativa.

Figura 2.8. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

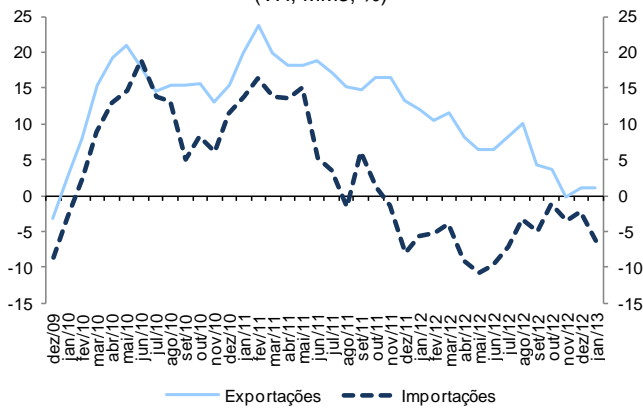
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2011				2012				2013			
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez	jan	fev	
FBC - CN Trimestrais	VH Real	INE	-13,7	-24,1	-15,1	-20,8	-14,4	-2,6	:	:	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	INE	-14,5	-15,9	-13,0	-17,5	-14,4	-13,2	:	:	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	-16,2	-14,1	-13,6	-17,5	-17,2	-16,6	-17,2	-16,7	-16,3	-16,6	-18,2	:	
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-26,7	-21,1	-17,1	-29,7	-31,5	-29,1	-36,4	-24,7	-27,1	-37,3	-37,0	-35,7	
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-23,6	-20,9	-52,2	-57,4	-55,5	-52,5	-54,1	-45,2	-49,9	-57,0	-51,7	26,0	
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	-29,1	-48,6	-52,6	-51,4	-5,8	22,7	16,0	5,9	44,4	28,3	-14,6	57,0	
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-45,0	-56,6	-47,2	-45,3	-40,1	-47,5	-44,0	-44,9	-49,0	-48,6	-18,3	-34,5	
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-34,7	-30,6	-31,0	-35,1	-33,8	-39,9	-49,2	-32,0	-33,0	-53,6	-59,7	:	
Importações de Bens de Capital**	VH	"	-5,7	-15,5	-6,3	-8,5	-8,6	0,3	-4,8	6,6	-1,9	-3,5	0,3	:	
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-21,1	-13,5	-16,2	-20,4	-26,4	-21,6	-20,6	-26,6	-22,1	-16,7	-20,1	:	

*No Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional.

Contas Externas

De acordo com os dados das Contas Nacionais Trimestrais do INE, assistiu-se em 2012 a um crescimento real das exportações de 3,3% e a uma quebra das importações de -6,9% (em 2011 tinha-se observado 7,2% e -5,9% respetivamente), que se traduziu num contributo positivo da procura externa líquida para o crescimento real do PIB em 3,9 p.p. (4,7 p.p. no ano anterior). No 4.º trimestre de 2012 as exportações caíram 0,5% em termos homólogos (menos 2,4 p.p. face ao valor do 3.º trimestre), e as importações decresceram de forma menos acentuada (-3,1% face a -8,1% do 3.º trimestre).

Figura 2.9. Fluxos do Comércio Internacional (VH, MM3, %)



Fonte: INE.

Em janeiro, os fluxos de comércio internacional de bens registaram movimentos opostos, com as exportações a registarem um crescimento homólogo de 5,6%, enquanto as importações registaram uma quebra de -6,9% (4,6 p.p. abaixo do valor do 4.º trimestre de 2012). Tanto a componente extracomunitária como a intracomunitária contribuíram positivamente para as exportações em termos homólogos, registando-se uma aceleração acentuada quando comparado com o trimestre terminado em dezembro (10% e -2,4% respetivamente). As importações foram penalizadas em ambos os mercados, tendo caído 6,4 p.p. para o mercado intracomunitário e 8,3 p.p. para o mercado extracomunitário, face ao mesmo período do ano anterior.

Também no mês de janeiro, as novas encomendas à indústria do mercado externo continuaram a deteriorar-se (-6,4% contra os -8,3% do trimestre terminado em dezembro).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

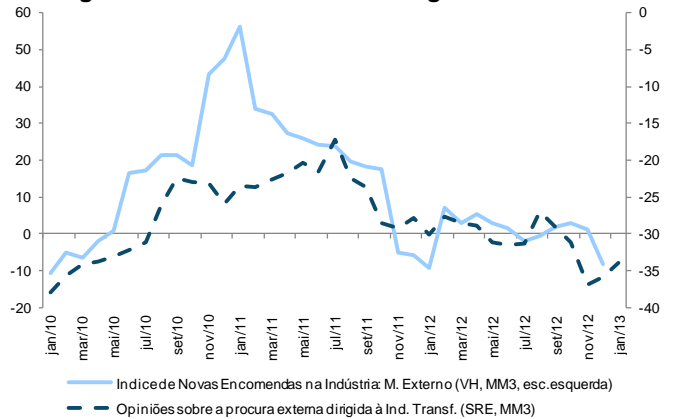
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2012	2011					2012				2013
					4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez	
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	7,2	3,3	6,2	8,2	3,7	19	-0,5	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	-5,9	-6,9	-13,4	-5,5	-10,8	-8,1	-3,1	:	:	:	:	:
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	-4,4	-0,5	-1,5	-1,7	0,1	-0,2	-0,2	:	:	:	:	:
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-5,6	0,4	-2,9	-3,2	0,3	0,5	4,0	:	:	:	:	:
Saídas de mercadorias	VH nom	"	16,6	5,8	13,3	11,5	6,5	4,4	1,1	-6,1	5,6	0,1	-2,9	5,6
Entradas de mercadorias	VH nom	"	3,8	-5,3	-8,0	-3,9	-9,6	-5,0	-2,3	-9,7	5,1	-5,5	-6,7	-6,9

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2012	2011				2012		2013	Diferença
					4T	1T	2T	3T	4T	janeiro		
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BP	-16 328	-9 859	-1153,7	-1043,3	-489,3	2432,8	413,0	-690,0	50,9	740,9
Saldo Balança de Bens	"	"	-19 186	-14 205	-2613,0	-2398,7	-1871,4	-2252,8	-2059,4	-942,7	-411,5	5311
Saldo Balança de Serviços	"	"	6 661	7 697	1850,8	1372,6	2030,8	3340,2	1949,3	399,2	524,7	125,5
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-7 939	-8 464	-1929,6	-1559,5	-2074,3	-1498,6	-1290,0	-684,6	-398,6	286,0
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2 195	2 990	527,4	820,7	732,2	1316,6	885,2	138,4	271,1	132,7

* Valores preliminares divulgados pelo INE no âmbito do SDDS.

Em termos médios homólogos, nos meses de janeiro e de fevereiro, as opiniões à procura externa na indústria deterioraram-se marginalmente.

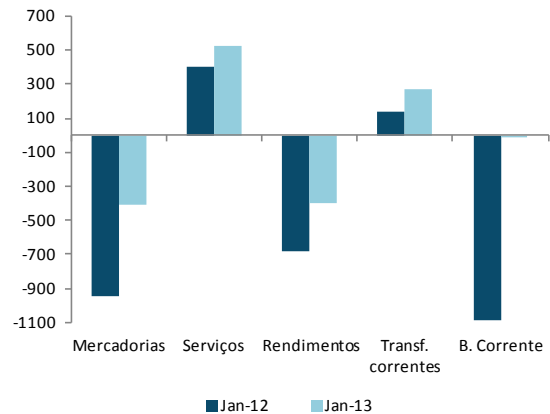
Figura 2.10. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Em janeiro de 2013, o défice da balança corrente foi de 47 M€, o que representa uma redução de 1 075 M€ em termos homólogos. Este resultado traduz uma melhoria em todos os saldos, sendo de destacar o da balança de bens e serviços que melhorou 656 M€.

Figura 2.11. Balança Corrente: composição do saldo (em milhões de euros)



Fonte: BdP.

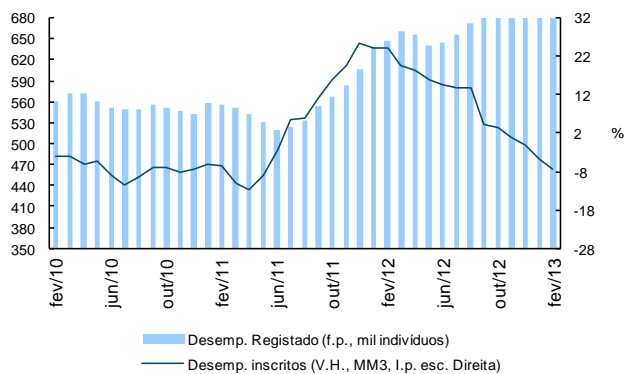
No mesmo mês, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento da economia portuguesa de 51 M€ (uma redução de 741 M€ face ao mesmo período de 2012).

Mercado de Trabalho

Segundo dados do IEFP, registou-se em fevereiro de 2013 um total de 739,6 mil desempregados. A taxa de variação homóloga foi de 14,1%, 2 p.p. abaixo do valor de janeiro.

Ainda durante o mês de fevereiro, a variação homóloga do número de desempregados inscritos ao longo do período foi de -5,2%, uma queda em 3,4 p.p. maior que a do trimestre terminado em janeiro.

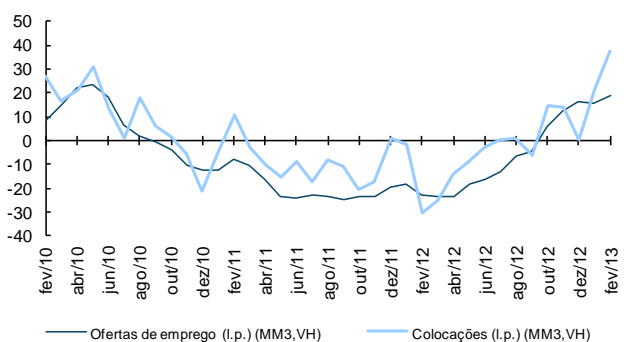
Figura 2.12. Desemprego (%)



Fonte: IEFP.

O número de ofertas de emprego recebidas no decurso do mês de fevereiro registou um aumento de 34,2% face ao período homólogo. O número de ofertas de emprego existentes no final de fevereiro foi de 7,7 mil, valor que se situa abaixo do verificado em janeiro (8,6 mil).

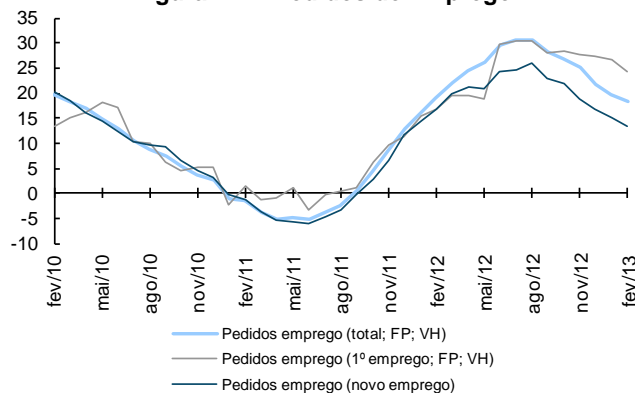
Figura 2.13. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)



Fonte: IEFP.

As colocações tiveram um crescimento homólogo na ordem dos 37,6% em fevereiro (16,3 p.p. acima do verificado no mês anterior).

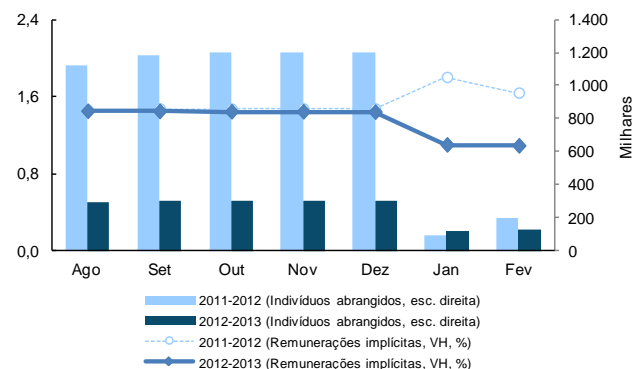
Figura 2.14. Pedidos de Emprego



Fonte: IEFP.

O crescimento homólogo dos pedidos de emprego tem vindo a desacelerar, tanto nos totais como nos casos de novo emprego e primeiro emprego.

Figura 2.15. Contratação Coletiva



Fonte: MEE.

O número de trabalhadores abrangidos por instrumentos de regulamentação coletiva (IRCT) situou-se em 124,3 mil, abaixo do registado em fevereiro de 2012 (cerca de 200 mil). A variação média anual da remuneração implícita convencionalizada pelos IRCT manteve-se em 1,1%.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

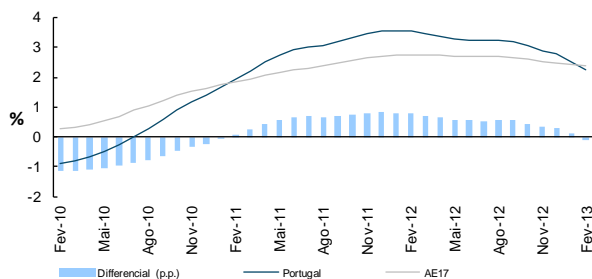
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2011		2012				2012			2013	
				T3	T4	T1	T2	T3	T4	out	nov	dez	jan	fev
Taxa de desemprego	%	INE	15,7	12,4	14,0	14,9	15,0	15,8	16,9	-	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	-4,2	-2,2	-4,3	-4,2	-4,2	-4,1	-4,3	-	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	17,4	-0,3	11,7	19,8	24,5	23,4	17,4	22,5	19,6	17,4	16,1	14,1
Desempregados Inscritos (I.p.)	VH	"	8,5	10,7	25,3	19,8	14,7	4,3	-1,3	9,0	1,7	-15,6	-1,8	-5,2
Ofertas de Emprego (I.p.)	VH	"	-8,8	-24,5	-19,6	-23,6	-16,4	-4,8	16,2	25,1	22,3	-1,8	24,4	34,2
Contratação Coletiva	VHA	MEE	1,4	1,5	1,5	1,6	1,6	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,1	1,1
Índice do Custo do Trabalho* - AE	VH	Eurostat	2,1	2,5	2,8	1,6	2,5	2,2	1,9	-	-	-	-	-

*Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; I.p. ao longo do período.

Preços

Segundo os dados do Eurostat, no mês de fevereiro, a taxa de variação homóloga IHPC em termos de médias móveis de 12 meses em Portugal foi de 2,3 %, situando-se 0,1 p.p. abaixo da verificada na área do euro.

Figura 2.16. Taxa de Variação do IHPC
(MM12, VH, %)



Fonte: Eurostat.

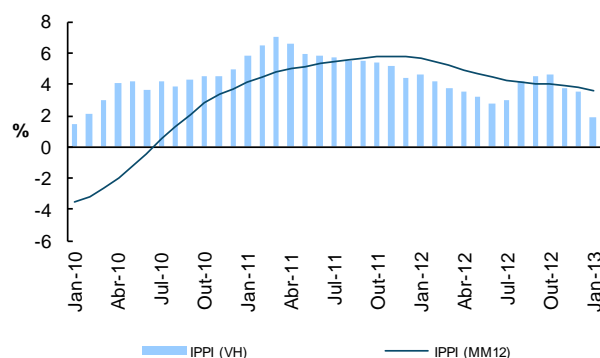
Os dados do INE permitem-nos verificar que os preços dos bens e dos serviços apresentaram, em fevereiro, variações homólogas de -0,6% e 0,7%, respetivamente.

O IPC subjacente, isto é, do IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos, caiu face ao período homólogo em 0,5% (0,2 p.p. abaixo do valor do mês anterior). O diferencial entre o IPC total e o subjacente situou-se em 0,5 p.p., este mês.

Olhando para as categorias do IPC, constata-se que houve uma estabilização generalizada em torno da variação nula, com exceção para o caso do Vestuário e Calçado que sofreu uma diminuição de 5,2%.

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) apresentou em fevereiro uma variação homóloga de 1,8 % (0,1 p.p. abaixo do mês anterior).

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE

Para a variação do IPPI contribuíram principalmente os aumentos registados nas classes de Eletricidade, Água, Gás, Vapor, Ar Quente e Ar Frio, bem como na Energia, os quais foram de 6,6 e 3,3%, respetivamente. A única rubrica a apresentar variação negativa foi a da Indústria Extrativa (0,5%).

Nota:

Devido à mudança de metodologia usada pelo INE para o cálculo do IPC, a qual levou a uma quebra de série, por uma questão de comparabilidade foi dada preferência à utilização da taxa de variação do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

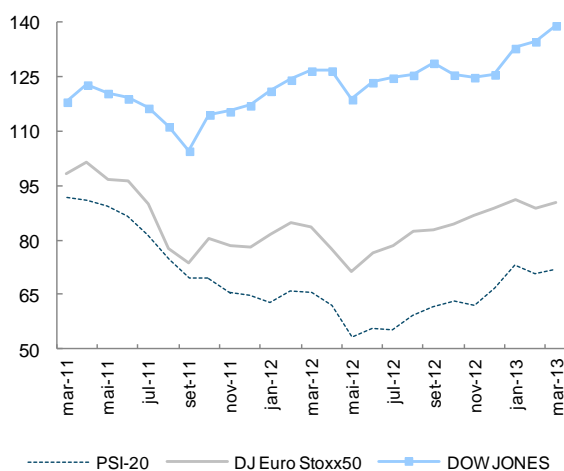
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012								2013	
				jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	0,2	-0,2	0,0	-0,1	0,6	0,3	-0,3	0,0	-1,2	-0,1	
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	2,8	2,7	2,8	3,1	2,9	2,1	1,9	1,9	0,2	0,0	
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	3,1	2,9	2,8	2,5	2,2	
IPC - Bens	VH	"	2,5	2,4	2,5	3,0	2,6	1,6	1,2	1,2	-0,4	-0,6	
IPC - Serviços	"	"	3,1	3,2	3,2	3,2	3,4	3,0	3,0	3,0	1,0	0,7	
IPC Subjacente*	"	"	1,5	1,5	1,3	1,4	1,1	1,1	1,2	1,3	-0,3	-0,5	
Índice de Preços na Produção Industrial	VH	"	3,8	2,7	3,0	4,2	4,5	4,6	3,8	3,6	1,9	1,8	
IHPC	"	"	2,8	2,7	2,8	3,2	2,9	2,1	1,9	2,1	0,4	0,2	
Diferencial IHPC vs. Área Euro (VH)	p.p.	Eurostat	0,3	0,4	0,4	0,5	0,3	-0,3	-0,3	-0,1	-1,5	-1,6	

* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em março de 2013, os índices bolsistas internacionais registaram uma evolução globalmente positiva, especialmente dos EUA. A evolução favorável dos preços das ações na área do euro foi principalmente impulsionada pelos avanços políticos relacionados com a resolução da crise da dívida soberana. Já para os EUA, a evolução foi beneficiada do acordo temporário relativamente ao limite da dívida orçamental e do facto dos resultados do setor financeiro terem ficado acima das expectativas do mercado. Assim, em março de 2013 e, no dia 22, face ao final do mês de fevereiro, os índices *Dow Jones* e *Euro Stoxx50* valorizaram-se 3% e 1,8%, respetivamente.

Figura 2.18. Índices Bolsistas
(dezembro 2009=100, fim do período)

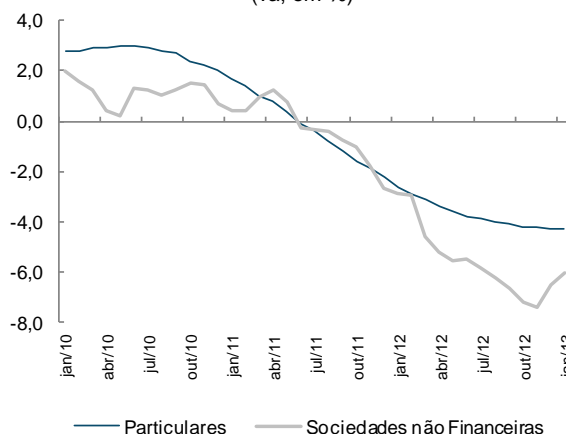


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para março o valor é do dia 22.

À semelhança da evolução do índice bolsista da área do euro, o índice PSI-20 também subiu de igual magnitude. De facto, em março de 2013 e, no dia 22, o índice PSI-20 subiu 1,8% face ao final do mês de fevereiro.

Em janeiro de 2013, a taxa de variação anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro, apesar de ter continuado a ser negativa, registou uma ligeira melhoria face aos meses precedentes. Esta evolução foi devido a uma quebra menos acentuada do crédito atribuído às empresas não financeiras.

Figura 2.19. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

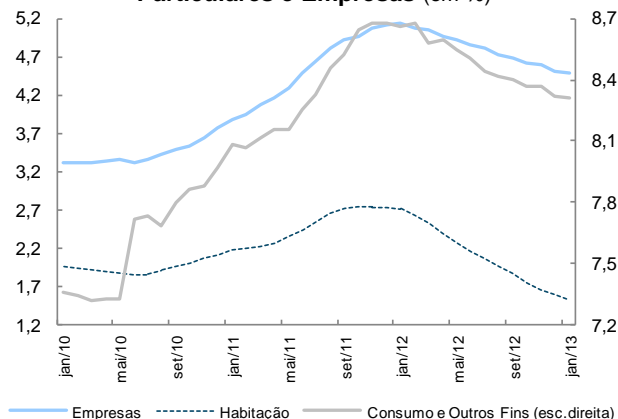


Fonte: Banco de Portugal.

Já em relação ao crédito destinado aos particulares, os empréstimos tiveram a mesma desaceleração do mês precedente (-4,3%), evolução que se estendeu ao crédito à habitação. Já para o crédito ao consumo, a desaceleração foi mais significativa do que no mês precedente, tendo a variação negativa sido de 9,5% em janeiro de 2013 (-9,4% em dezembro de 2012).

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram tanto para as empresas como para os particulares, tendo a redução sido mais significativa para os empréstimos à habitação, cuja taxa de juro se situou, em 1,53% em janeiro de 2013 (-118 p.b. face a janeiro de 2012).

Figura 2.20. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

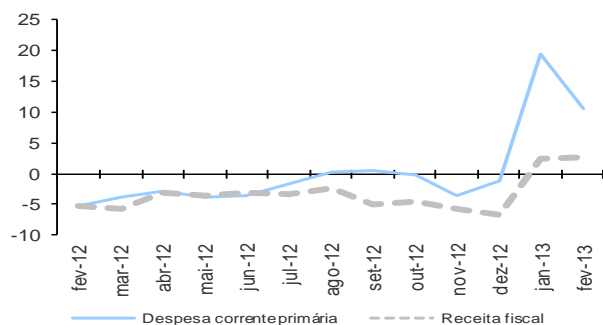
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012						2013		
				jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	6,9	9,9	11,0	9,3	8,8	8,3	7,7	6,9	6,0	6,2
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	556	840	958	786	735	687	631	556	434	479
PSI 20*	VC	CMVM	2,9	4,1	-0,2	6,6	4,1	2,9	-1,9	7,6	9,7	-3,4
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-3,6	-3,0	-3,1	-3,2	-3,3	-3,4	-3,5	-3,6	-3,6	:
- para consumo	va**	"	-9,4	-9,0	-9,1	-9,2	-9,5	-9,7	-8,8	-9,4	-9,5	:
Empréstimos a empresas	va**	"	-6,5	-5,5	-5,8	-6,2	-6,6	-7,2	-7,4	-6,5	-6,1	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	1,59	2,16	2,06	1,97	1,87	1,74	1,66	1,59	1,53	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	4,51	4,86	4,81	4,73	4,67	4,62	4,60	4,51	4,49	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Até fevereiro, o valor provisório para o défice global do Estado, na ótica da contabilidade pública, foi de 871,1 M€, o que representa uma deterioração de 119,4 M€ face ao período homólogo. O défice primário foi de 421,2 M€, agravando-se 83,2 M€ face ao ano anterior.

Figura 2.21. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



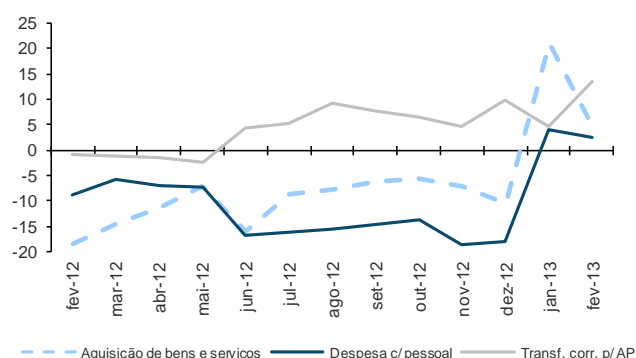
Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face a 2012, caracterizou-se por:

- um aumento da receita fiscal em 2,6%, justificada, essencialmente, pelo crescimento do IRS (15,3%), que não reflete ainda na totalidade a atualização das tabelas de retenção na fonte, do IRC (17,3%), do imposto sobre o tabaco (3,4%), do imposto único de circulação (5%) e do imposto sobre o álcool e bebidas alcoólicas (1,7%). Em sentido contrário, salienta-se o decréscimo do IVA (-3,0%), explicado pelo aumento dos reembolsos pagos aos agentes económicos, mas apresentando uma melhoria face ao mês anterior, do imposto sobre veículos (-33,8%) e do imposto de selo (-8,6%). A receita não fiscal registou um decréscimo de 5,5%, refletindo o comportamento da generalidade das rubricas à exceção dos rendimentos de propriedade que verificaram uma evolução positiva; e

- um crescimento da despesa total em 3,5% e da despesa primária em 3,2%. A evolução da despesa foi condicionada pela pelo aumento da transferência para a Segurança Social (que inclui uma componente extraordinária destinada ao equilíbrio orçamental), pelo aumento das despesas de pessoal (devido ao aumento dos encargos com a Segurança Social e CGA e ao pagamento do duodécimo do subsídio de Natal), dos juros e outras despesas correntes. Com impacto na redução da despesa, salienta-se a diminuição das transferências de capital, nomeadamente das destinadas à Administração Central e das outras transferências.

Figura 2.22. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2012	2013	2012	2013	2013			2013
	jan a fev		jan a fev		nov	dez	jan	fev
	10^6 euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)			
Receita Total	6306	6433	15,6	15,6	3,1	-4,4	2,3	2,0
Receita corrente	6202	6314	17,0	15,8	-5,5	-6,1	2,1	1,8
Impostos diretos	1845	2126	13,3	12,8	-6,4	-9,5	12,5	15,3
Impostos indiretos	3819	3684	20,4	19,1	-5,3	-4,7	-3,8	-3,5
Despesa Total	7057	7304	14,4	15,2	-2,3	0,0	11,4	3,5
Despesa corrente	6375	7043	13,8	15,2	-1,3	0,8	18,0	10,5
Despesa com pessoal	1377	1411	16,2	15,8	-18,7	-18,1	4,1	2,5
Aquisição bens e serviços	124	131	6,8	7,9	-7,0	-10,5	20,9	5,2
Subsídios	0	2	0,1	0,8	8,9	-57,0	-43,7	442,0
Juros	414	450	5,9	6,2	13,2	13,8	-14,9	8,8
Transferências corr. p/ AP	4346	4899	15,5	18,1	4,5	9,9	4,7	12,7
Saldo Global	-752	-871	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-338	-729	-	-	-	-	-	-

Nota: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional.

Fonte: DGO.

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP e as empresas públicas reclassificadas

Até fevereiro, e na ótica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (incluindo as empresas públicas reclassificadas) foi de 559,7€, o que representa uma redução de 364M€ face ao período homólogo. Chama-se a atenção para o facto da comparação dos dados em contabilidade pública dos SFA ser afetada pelas alterações ao universo de entidades abrangidas, bem como pela ausência de reporte de algumas entidades, as quais se refletem nas taxas de variação apresentadas.

A execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita em 8,7%, refletindo principalmente a diminuição das transferências de capital do Estado e das taxas multas e outras penalidades, esta última devido ao efeito base da receita extraordinária do leilão de atribuição dos direitos de utilização de frequências da 4ª geração móvel (272 M€). Em sentido contrário, é de referir o acréscimo das transferências correntes e, principalmente, de capital provenientes da União Europeia, relativas a reembolsos do FEADER no âmbito dos Programas de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER), dos Açores (PRORURAL) e da Madeira (PRODERAM), e das transferências correntes do Estado; e
- uma diminuição da despesa em 0,9%, explicada, essencialmente, pela diminuição do investimento, das outras despesas correntes, transferências correntes para as AP e a aquisição de bens e serviços. Em sentido oposto, constata-se o aumento das outras transferências correntes justificado essencialmente pelas pensões (pagamento duodécimo do subsídio de Natal com retroativos de janeiro), das despesas de pessoal (devido ao aumento dos encargos com a Segurança Social e CGA e ao pagamento do duodécimo do subsídio de Natal) e dos juros e outros encargos.

Empresas Públicas Reclassificadas

Até fevereiro, e na ótica da contabilidade pública, o saldo global das empresas públicas reclassificadas (EPR) foi de -122,1 M€, menos 211 M€ que no período homólogo. Este comportamento é explicado, essencialmente, pela redução da receita de capital, em virtude do efeito base da transferência do Estado para a RTP, que mais que compensou a redução da despesa (-22%). Esta diminuição é justificada pela desaceleração da despesa de investimento realizada pela Estradas de Portugal, S.A. e pela Parque Escolar E.P.E., pela redução da aquisição de bens e serviços e das outras despesas correntes. Em sentido contrário, registou-se um aumento dos juros e outros encargos financeiros suportados por empresas do sector dos transportes, nomeadamente REFER, Metro do Porto e Metropolitano de Lisboa.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

Em fevereiro, a execução financeira consolidada¹ provisória do SNS indica um saldo de 125 M€, que compara com o défice de 31,8 M€ registado no período homólogo. A execução financeira, face a 2012, caracterizou-se por:

- um crescimento da receita em 3,9%, justificado pelo recebimento das transferências regulares do Orçamento do Estado. Observa-se ainda a um aumento da receita em prestações de serviços em 14,8%; e
- um decréscimo da despesa em 8,2%, devido sobretudo à diminuição da despesa com subcontratos, em 7,7%, com particular ênfase nos produtos vendidos em farmácia, nos meios complementares de diagnóstico e terapêutica e nos contratos-programa com os hospitais e unidades de saúde EPE, refletindo as medidas de contenção orçamental implementadas no sector. Destaca-se, ainda, o acréscimo de despesa com pessoal, em 1,3%, consequência do pagamento em duodécimos do subsídio de Natal e a atualização dos encargos das entidades com a CGA e Segurança Social, parcialmente compensado pela redução de outros abonos variáveis ou eventuais.

Quadro 2.9. Execução Financeira do Serviço Nacional de Saúde

	Serviço Nacional de Saúde			
	2012		2013	
	jan a fev		jan a fev	
	10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita Cobrada	1 276	1 326	-8,4	3,9
Transferências do Orçamento do Estado	1232	1278	-8,7	3,7
Prestação de serviços	17	19	40,8	14,8
Outras receitas	26	28	-16,8	7,7
Despesa Total	1 307	1 201	-3,0	-8,2
Despesa com pessoal	141	143	-2,5	1,3
Subcontratos	1 119	1 033	-1,6	-7,7
Outras despesas	47	25	-27,5	-47,9
Saldo Global	-32	125	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

Quadro 2.10. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (incluindo Empresas Públicas Reclassificadas)					Empresas Públicas Reclassificadas						
	2012		2013		2013	2012		2013		2013		
	jan a fev		jan a fev			jan a fev		jan a fev				
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)		VHA (%)	10 ⁶ euros		Execução face ao OE (%)		VHA (%)		
Receita Total	4 576	4 178	15,8	15,7	-3,2	-8,7	730	378	15,8	15,7	-48,9	-48,3
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	578	639	17,3	13,9	-2,7	10,5	0	0	17,3	13,9	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	107	100	10,2	8,8	-8,9	-6,7	78	6	10,2	8,8	2,9	-92,6
Despesa Total	3 652	3 618	12,8	13,2	-8,1	-0,9	641	500	12,8	13,2	-58,6	-22,0
Despesa com pessoal	493	509	16,4	14,0	6,0	3,2	110	109	16,4	14,0	13,7	-0,4
Aquisição de bens e serviços	1175	1161	11,1	13,0	15	-12	98	86	11,1	13,0	0,8	-12,2
Transferências correntes	1443	1561	14,9	15,1	1,3	8,2	2	20	14,9	15,1	188,9	955,9
Saldo Global	924	560	-	-	-	-	89	-122	-	-	-	-

Fonte: DGO.

¹Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

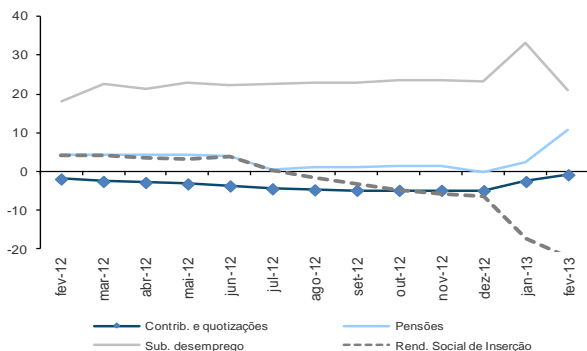
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Até fevereiro, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 64,5 M€, o que representa uma diminuição de 348,9 M€ face ao mesmo período de 2012.

A execução orçamental da Segurança Social, em relação ao ano anterior, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita em 1,7%, em resultado do adiamento do recebimento de transferências com origem no Fundo Social Europeu (-82,7% - a redução homóloga destas verbas é de 242 M€) e uma ligeira diminuição nas contribuições e quotizações (-0,8%). Contrariamente, salienta-se o acréscimo das transferências correntes da Administração Central (12,3%) e de outras receitas correntes (14,5%); e
- um aumento da despesa em 7,7%, espelhando, sobretudo, a evolução da despesa com pensões (6,2%), influenciada pelo pagamento de dois duodécimos do subsídio de Natal, bem como a evolução do subsídio de desemprego e apoio ao emprego (21,1%), das despesas com ação social (4,7%). Contrariamente, constata-se uma diminuição das despesas com rendimento social de inserção (-22,1%) e pensão de velhice do regime substitutivo dos bancários. Relativamente ao número de beneficiários, verifica-se um acréscimo de 19,6% nos subsídios de desemprego e social de desemprego, de 1,8% nas pensões de velhice, 0,4% nas pensões de sobrevivência. Em sentido inverso, registou-se uma diminuição no subsídio de doença, em 19,6%, e nos beneficiários da pensão de invalidez em 1,8%.

Figura 2.23. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



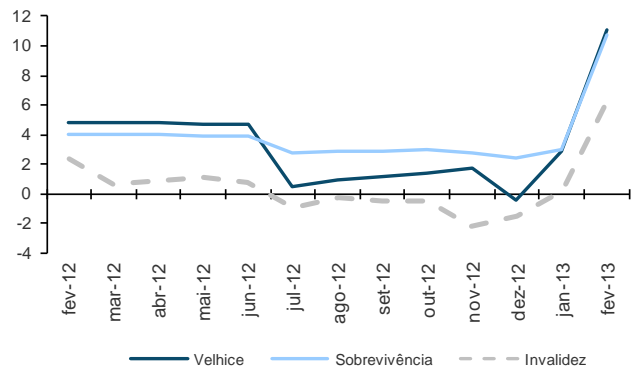
Fonte: DGO.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social			Caixa Geral de Aposentações							
	2012	2013		2012	2013		2012	2013			
	jan a fev			jan a fev			jan a fev				
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	Execução face ao OE (%)	VHA	Execução face ao OE (%)	Execução face ao OE (%)	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	4057	3987	-1,7	16,6	15,9		1396	1523	9,1	17,6	17,6
Contribuições e quotizações	2290	2272	-0,8	17,6	17,2		578	638	10,4	17,4	13,9
Transferências correntes da Adm. Central	1200	1348	12,3	14,6	16,7		804	871	8,3	18,1	22,2
Despesa Total	3643	3922	7,7	15,0	15,7		1288	1422	10,4	15,9	16,2
Pensões	2127	2353	10,6	14,7	15,7		1280	1416	10,7	16,0	16,2
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	93	92	-1,9	.	18,2		-	-	-	-	-
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	411	497	21,1	16,0	18,5		-	-	-	-	-
Prestações e ação social	693	665	-4,1	16,3	16,6		-	-	-	-	-
Saldo Global	413	65	-	-	-		108	101	-	-	-

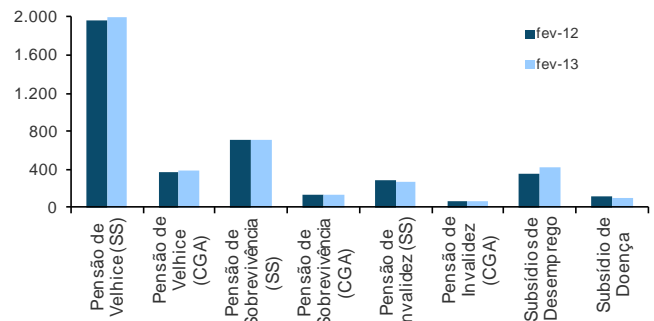
Fontes: DGO e GPEARI.

Figura 2.24. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO

Figura 2.25. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Até fevereiro, o saldo acumulado da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 101,4 M€, que compara com 107,7 M€ no período homólogo. A receita total aumentou 9,1%, refletindo, fundamentalmente, o acréscimo das transferências correntes (8,3%) e das contribuições para a CGA (10,4%). A despesa total aumentou 10,4%, justificada pelo acréscimo da despesa com pensões, em consequência do pagamento em duodécimos do subsídio de Natal aos pensionistas, e, em menor grau, das outras transferências correntes. Quanto ao número de beneficiários, salienta-se um acréscimo de 2,4% nas pensões de velhice e de 1,6% nas pensões de sobrevivência.

Administração Local*

Até fevereiro, na ótica da contabilidade pública, o défice provisório da execução orçamental da Administração Local foi de 47,4€, o que corresponde a um agravamento de 91,9 M€ relativamente ao ano anterior.

A execução orçamental da Administração Local, face ao ano anterior, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita total em 6,2%. A receita de capital apresentou um decréscimo de 29,8%, contrariamente à receita corrente que registou um ligeiro aumento de 0,9%. O comportamento da receita de capital deveu-se, sobretudo, à evolução das transferências de capital, no âmbito da transferência para o Fundo de Equilíbrio Financeiro ao abrigo da Lei das Finanças Locais, e menor grau, da venda de bens de investimento. O desenvolvimento das receitas correntes traduz o aumento da venda de bens e serviços correntes (14,1%), das transferências correntes (5,6%), ao abrigo da Lei das Finanças Locais, e dos rendimentos da propriedade (39,1%); e
- um aumento da despesa total em 4,2%, que traduz, fundamentalmente, a variação positiva da despesa corrente (5,5%), determinada pelo crescimento da despesa com aquisição de bens e serviços, que inclui a liquidação de pagamentos efetuados no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) para regularização das dívidas dos municípios a fornecedores, despesas com o pessoal e transferências correntes. A despesa de capital permanece estável, sendo o aumento despesa em aquisição de bens de capital compensado pela diminuição das transferências e outras despesas de capital.

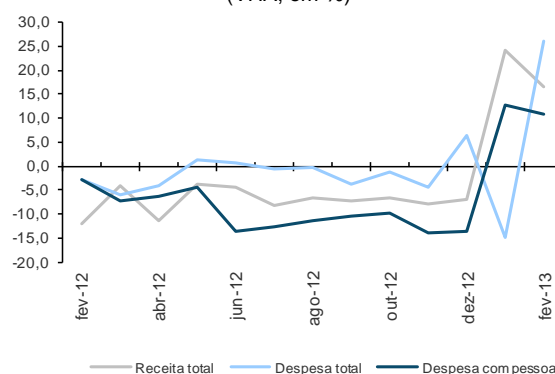
Administração Regional

Até fevereiro, e na ótica da contabilidade pública, o excedente orçamental da Administração Regional situou-se nos 20,9 M€, o que corresponde a um agravamento de 16,6 M€ face ao período homólogo. Este comportamento resulta da deterioração do excedente da Região Autónoma dos Açores (RAA) face ao período homólogo, e da melhoria do saldo da Região Autónoma dos Madeira (RAM), em 14 M€.

A execução orçamental da Administração Regional, face a 2012, caracterizou-se por:

- um aumento da receita total em 16,7%, devido, sobretudo, ao comportamento positivo das transferências do OE para RAM (por regularização do processamento das verbas tendo cessado as restrições por incumprimento do limite da dívida que vigoraram em 2012), das vendas de bens e serviços na RAA e da receita fiscal (13,8% na RAM e 7,7% na RAA, sendo o IVA o principal impulsionador para esta evolução); e
- um acréscimo da despesa total em 25,9%, traduzindo os contributos semelhantes das duas regiões: na RAM o aumento de despesa foi de 26,6% e na RAA foi de 25,4%. A despesa corrente apresenta um aumento de 23,9%, com variações de 21,8% na RAA e 25,7% na RAM. Para este comportamento contribuiu essencialmente a despesa com transferências, no caso da RAA, e dos juros e outros encargos e aquisição de bens e serviços (encargos com SCUT) no caso da RAM. Como observado no mês anterior, constata-se um aumento da despesa de capital para ambas as regiões autónomas, que no caso da RAA representou um contributo de 3,7 p.p. para a despesa efetiva.

Figura 2.26. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local*		
	2012	2013		2012	2013	
	jan a fev		VHA (%)	jan a fev		VHA (%)
10 ⁶ euros		10 ⁶ euros				
Receita total	284	331	16,7	902	846	-6,2
Impostos	144	160	11,0	182	156	-14,3
Transferências correntes	110	125	14,1	345	364	5,6
Despesa total	246	310	25,9	858	893	4,2
Pessoal	104	116	10,7	329	335	1,6
Aquisição de bens e serviços	29	40	37,2	207	240	15,8
Transferências correntes	77	98	26,4	58	60	4,1
Investimento	3	8	191,8	177	182	2,9
Saldo global	38	21	-	45	-47	-

Fonte: DGO.

Nota: * Os valores da AL para 2011 referem-se ao Universo Comparável.

Dívida Pública

Dívida pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

De acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal, em janeiro de 2013, a dívida pública das Administrações Públicas atingiu 207,4 mil M€, mais 4 mil M€ que no final de 2012. Esta evolução resultou essencialmente da emissão líquida de BT e da OT 4,35% 16 de outubro de 2017.

Dívida Direta do Estado

No final de fevereiro, a dívida direta do Estado situava-se em 200,2 mil M€, aumentando 784 M€ face ao mês anterior. A evolução mensal deve-se, essencialmente, ao empréstimo obtido do FEEF, no montante nominal de 800 M€. Em sentido contrário registou-se a amortização líquida de BT (294 M€), a emissão líquida negativa de ECP no valor de 123 m€ e uma diminuição do *stock* de CEDIC (51 M€) e CT (2 M€). As flutuações cambiais no mês contribuíram para o aumento do saldo da dívida em cerca de 349 M€.

Quadro 2.13. Movimento da Dívida

(milhões de euros)

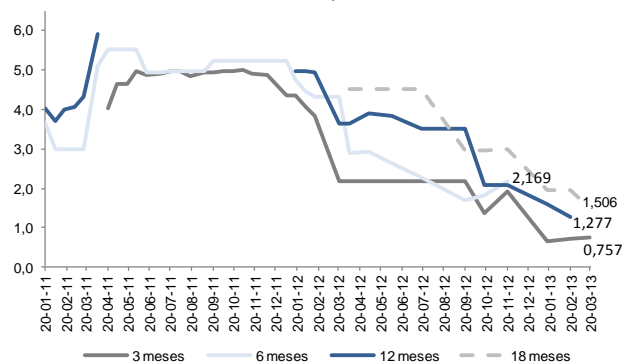
	31-jan-13	fev-13			28-fev-13
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	118 915	1 902	2 325	37	118 529
Bilhetes do Tesouro	19 532	1 882	2 176	0	19 238
Obrigações do Tesouro	96 126	0	5	0	96 120
Não Transacionável	17 162	3 742	3 685	0	17 219
Cert. de Aforro e do Tesouro	11 097	70	62	0	11 105
CEDIC e CEDIM	5 496	3 672	3 623	0	5 545
Prog. de Ajustamento Económico	63 334	800	0	0	64 445
Total	199 411	6 444	6 010	0	200 194

Fonte: IGCP.

Emissões de Dívida

A 20 de março de 2013, foram realizados dois leilões de BT, tendo sido colocados 300 M€ com maturidade de 3 meses e 1200 M€ com maturidade de 18 meses, na fase competitiva. A taxa média ponderada da emissão a três meses foi de 0,757% (0,737% na emissão de fevereiro) e na de 18 meses foi de 1,506% (1,963% na emissão anterior com idêntica maturidade).

Figura 2.27. Emissões de BT
Taxa média ponderada



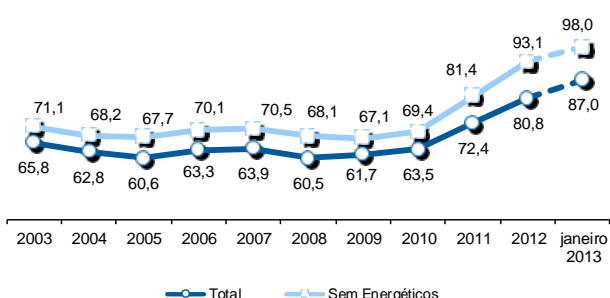
Fonte: IGCP.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, no primeiro mês de 2013, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 5,6% enquanto as importações decresceram 6,9% ^[3]. Nesse período, o défice da balança comercial (fob/cif) recuperou 48,2%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 4,4% enquanto as importações registaram uma variação homóloga negativa de 3,7% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-UE (milhões de Euros)	janeiro			VH	
	2012	2013	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	3 623	3 827	5,6	1,0	5,2
Importações (cif)	4 726	4 399	-6,9	-6,4	-6,0
Saldo (fob-cif)	-1 103	-572	-48,2	-31,2	-36,3
Cobertura (fob/cif)	76,7	87,0	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	3 316	3 463	4,4	1,1	4,0
Importações (cif)	3 670	3 534	-3,7	-6,1	-8,6
Saldo (fob-cif)	-354	-72	-79,7	-56,5	-67,4
Cobertura (fob/cif)	90,4	98,0	-	-	-
Extra-UE (milhões de Euros)					
	janeiro			VH	
	2012	2013	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	967	1 082	12,0	6,4	17,9
Importações (cif)	1 420	1 303	-8,3	-4,8	-1,4
Saldo (fob-cif)	-453	-220	-51,4	-48,3	-47,6
Cobertura (fob/cif)	68,1	83,1	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº3/2013").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de janeiro de 2013 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 250 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2013). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

No primeiro mês de 2013, as exportações representaram 87,0% das importações, o que se traduziu num acréscimo de 10,3 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 98,0% das importações (+7,6 p.p. que em igual período no ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de janeiro

janeiro	Valores em milhões de Euros		
	2012	2013	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	3 623	3 827	5,6
Importações (cif)	4 726	4 399	-6,9
Saldo (fob-cif)	- 1 103	- 572	-48,2
Cobertura (fob/cif)	76,7	87,0	-
Intra UE			
Exportações (fob)	2 656	2 744	3,3
Importações (cif)	3 306	3 096	-6,4
Saldo (fob-cif)	- 650	- 352	-45,9
Cobertura (fob/cif)	80,3	88,6	-
Extra UE			
Exportações (fob)	967	1 082	12,0
Importações (cif)	1 420	1 303	-8,3
Saldo (fob-cif)	- 453	- 220	-51,4
Cobertura (fob/cif)	68,1	83,1	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

No primeiro mês de 2013, o défice da balança comercial Intra UE recuperou 45,9% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescer 3,3% e as importações a decrescer 6,4%. O saldo da balança comercial Extra UE recuperou 51,4% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2012	2013	TVH	2012	2013	TVH
jan	4 726	4 399	-6,9	3 623	3 827	5,6
fev	4 676			3 797		
mar	5 106			4 149		
abr	4 415			3 558		
mai	5 031			4 043		
jun	4 536			3 987		
jul	4 709			4 115		
ago	4 418			3 365		
set	4 684			3 581		
out	5 061			4 033		
nov	4 581			3 909		
dez	4 177			3 199		
1º Trim	14 507			11 568		
2º Trim	13 983			11 588		
3º Trim	13 811			11 061		
4º Trim	13 819			11 141		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

No primeiro mês de 2013, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 5,6%. Excluindo os produtos energéticos, essa variação positiva foi de 4,4%.

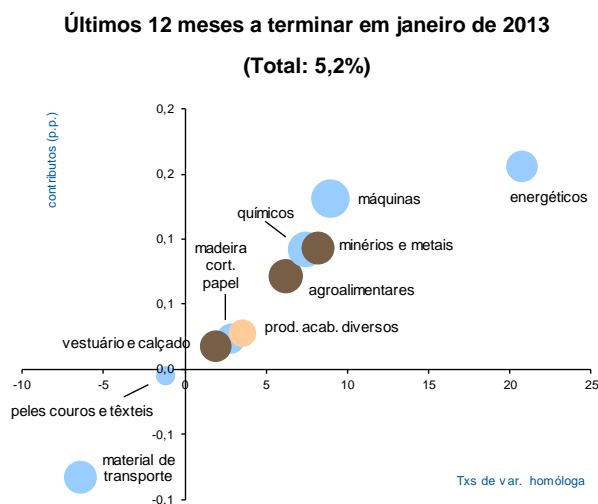
Em janeiro de 2013, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Químicos” (+2,0 p.p.), seguido do contributo dos “Energéticos” (+1,6 p.p.) e dos “Agroalimentares” (+1,2 p.p.). As “Máquinas” continuam a ser o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (14,8%). Seguem-se os “Químicos” (12,6%).

A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em janeiro de 2013.

Nesse período, a maioria dos grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+5,2%). Mais uma vez, os produtos relativos aos “Energéticos” foram os que mais contribuíram para este comportamento (+1,6 p.p.). De destacar ainda o contributo positivo dos “Máquinas” (+1,3 p.p.), dos “Minérios e Metais” e dos “Químicos” (ambos com +0,9 p.p.).

De referir, ainda, os contributos dos grupos de produtos “Agroalimentares” e “Produtos Acabados Diversos”, para o crescimento das exportações de mercadorias (contributos de 0,7 p.p. e 0,3 p.p., respetivamente).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
			janeiro		Anual		janeiro		últimos 12 meses ^[1]	
	2012	2013	2007	2012	2012	2013	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
	Intra + Extra UE									
Total das Exportações	3 623	3 827	100,0	100,0	100,0	100,0	5,2	5,2	5,6	5,6
000 Agro-Alimentares	403	447	9,6	11,5	11,1	11,7	6,2	0,7	10,9	1,2
100 Energéticos	307	364	4,5	8,5	8,5	9,5	20,7	1,6	18,8	1,6
200 Químicos	407	481	10,6	12,5	11,2	12,6	7,5	0,9	18,1	2,0
300 Madeira, Cortiça e Papel	290	320	7,8	8,1	8,0	8,4	2,8	0,2	10,3	0,8
400 Peles, Couros e Têxteis	145	152	4,8	4,1	4,0	4,0	-1,2	-0,1	5,0	0,2
500 Vestuário e Calçado	375	381	10,5	9,2	10,4	9,9	1,9	0,2	1,5	0,2
600 Minérios e Metais	407	410	10,9	11,7	11,2	10,7	8,2	0,9	0,7	0,1
700 Máquinas	533	566	19,7	15,1	14,7	14,8	9,0	1,3	6,1	0,9
800 Material de Transporte	484	419	12,7	11,7	13,3	11,0	-6,5	-0,8	-13,3	-1,8
900 Produtos Acabados Diversos	272	287	9,0	7,7	7,5	7,5	3,6	0,3	5,6	0,4
Por memória:										
Total sem energéticos	3 316	3 463	95,5	91,5	91,5	90,5	4,0	3,7	4,4	4,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2013.

[2] $(\text{fev } 12\text{-jan } 13) / (\text{fev } 11\text{-jan } 12) \times 100 - 100$.

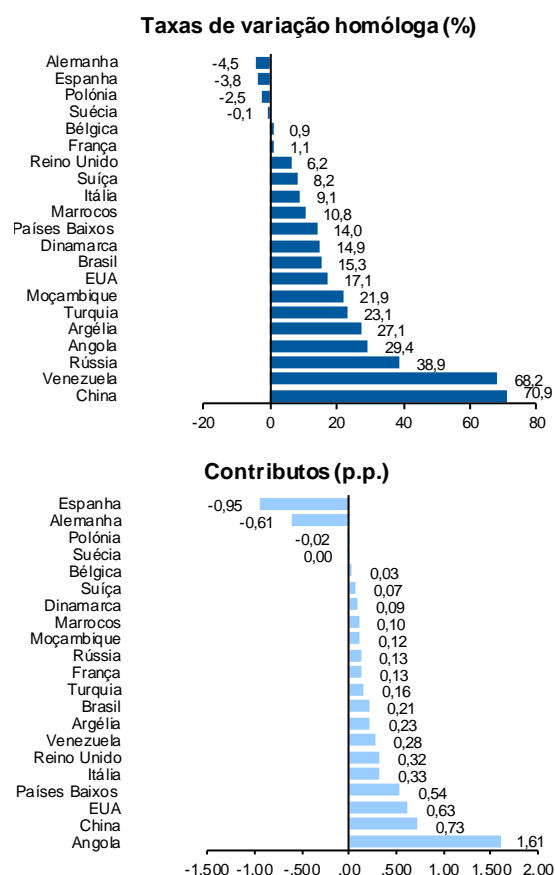
[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

No primeiro mês de 2013, as exportações para a UE cresceram, em termos homólogos, 3,3%. As exportações com destino aos países da UE-15 cresceram a uma taxa de 3,3% enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 4,8%. As exportações para países terceiros registaram um crescimento homólogo superior de 12,0% (Quadro 3.5), sendo as que mais contribuíram para o crescimento das exportações (+3,2 p.p.).

As exportações de mercadorias para Espanha (+1,5 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações intra UE-15 seguidas das exportações para os Países Baixos e Itália (ambos com +0,7 p.p.)

No último ano a terminar em janeiro de 2013, as exportações para os países Intra UE cresceram, em termos homólogos, 0,8%. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga de 0,5%. As exportações para os Países Baixos (+0,5 p.p.), Itália e Reino Unido (ambos com +0,3 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações. Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para a China (+70,9%), Venezuela (+68,2%) e Angola (+29,4%) (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos
Últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2013



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados.

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	Valores em milhões de Euros											
	janeiro		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos					
			anual		janeiro		12 meses ^[1]		janeiro			
	2012	2013	2007	2012	2012	2013	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]		
TOTAL	3 623	3 826	100,0	100,0	100,0	100,0	5,2	5,2	5,6	5,6		
Intra UE-27	2 656	2 744	77,1	71,1	73,3	71,7	0,8	0,6	3,3	2,4		
dos quais:												
UE-15	2 545	2 628	74,7	67,9	70,2	68,7	0,5	0,3	3,3	2,3		
Espanha	831	884	28,7	22,5	22,9	23,1	-3,8	-0,9	6,3	1,5		
Alemanha	467	466	12,9	12,3	12,9	12,2	-4,5	-0,6	-0,2	0,0		
França	485	462	12,6	11,8	13,4	12,1	1,1	0,1	-4,7	-0,6		
R. Unido	202	205	6,0	5,3	5,6	5,4	6,2	0,3	1,1	0,1		
P. Baixos	146	172	3,5	4,2	4,0	4,5	14,0	0,5	17,7	0,7		
Itália	126	151	4,1	3,7	3,5	3,9	9,1	0,3	20,0	0,7		
Bélgica	126	115	2,6	3,1	3,5	3,0	0,9	0,0	-8,5	-0,3		
Suécia	44	31	1,3	1,0	1,2	0,8	-0,1	0,0	-29,3	-0,4		
Dinamarca	27	30	0,7	0,7	0,7	0,8	14,9	0,1	11,2	0,1		
Alargamento	111	117	2,4	3,2	3,1	3,0	7,9	0,2	4,8	0,1		
Polónia	34	32	0,7	0,9	0,9	0,8	-2,5	0,0	-6,1	-0,1		
Extra UE-27	967	1 082	22,9	28,9	26,7	28,3	17,9	4,6	12,0	3,2		
dos quais:												
Angola	175	234	4,4	6,6	4,8	6,1	29,4	1,6	33,7	1,6		
EUA	190	185	4,7	4,1	5,2	4,8	17,1	0,6	-2,8	-0,1		
China	69	48	0,5	1,7	1,9	1,3	70,9	0,7	-30,1	-0,6		
Brasil	51	61	0,7	1,5	1,4	1,6	15,3	0,2	18,8	0,3		
Marrocos	50	43	0,5	1,0	1,4	1,1	10,8	0,1	-14,5	-0,2		
Argélia	23	56	0,2	0,9	0,6	1,5	27,1	0,2	14,2	0,9		
Suíça	31	34	0,7	0,9	0,8	0,9	8,2	0,1	10,8	0,1		
Turquia	18	27	0,6	0,8	0,5	0,7	23,1	0,2	5,1	0,3		
Venezuela	30	13	0,0	0,7	0,8	0,3	68,2	0,3	-55,7	-0,5		
Moçambique	30	28	0,2	0,6	0,8	0,7	21,9	0,1	-7,8	-0,1		
Por memória:												
Gibraltar	16	9	0,0	0,7	0,4	0,2	15,7	0,1	-43,5	-0,2		
PALOP	228	295	5,4	8,0	6,3	7,7	24,6	1,7	29,3	1,8		
EFTA	40	46	1,0	1,1	1,1	1,2	10,7	0,1	16,5	0,2		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2012.

[1] Últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2013.

[2] $(\text{fev } 12\text{-jan } 13) / (\text{fev } 11\text{-jan } 12) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) - 100$.

Importações de Mercadorias

Em janeiro de 2013, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga negativa de 6,9% (Quadro 3.6).

Destaca-se o contributo das importações dos grupos de produtos “Energéticos” (-4,1 p.p.), “Material de Transporte” (-1,2 p.p.) e “Químicos” (-1,0 p.p.) para a redução das importações no primeiro mês de 2013.

O comportamento das importações de produtos “Agroalimentares”, com um contributo positivo de 0,9 p.p. contrariou este decréscimo das importações.

A UE-27 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (70,4%).

No primeiro mês de 2013, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário decresceram, em termos homólogos, 6,4%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 diminuíram 5,9%. As importações provenientes dos países do Alargamento decresceram 18,9%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros também decresceram 8,3%, em termos homólogos. Angola destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (6,0% do total). Seguem-se a China (3,0%) e EUA (2,2%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	janeiro		Anual		janeiro		12 meses ^[1]		janeiro	
	2012	2013	2007	2012	2012	2013	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	4 726	4 399	100,0	100,0	100,0	100,0	-6,0	-6,0	-6,9	-6,9
Grupos de Produtos										
000-Agro-Alimentares	638	679	12,6	15,6	13,5	15,4	-10	-0,1	6,4	0,9
100-Energéticos	1056	864	13,4	20,6	22,3	19,6	5,6	1,0	-8,2	-4,1
200-Químicos	809	760	13,4	16,7	17,1	17,3	-2,0	-0,3	-6,1	-1,0
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	202	207	4,7	4,3	4,3	4,7	-12,3	-0,6	2,1	0,1
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	314	313	6,7	6,5	6,6	7,1	-8,9	-0,6	-0,3	0,0
500-Minérios e Metais	383	362	10,3	8,2	8,1	8,2	-11,5	-1,0	-5,5	-0,4
600-Máquinas [4]	691	664	20,2	14,7	14,6	15,1	-8,9	-1,4	-4,0	-0,6
700-Material de Transporte [5]	394	335	13,0	8,4	8,3	7,6	-24,3	-2,5	-14,9	-1,2
800-Prod. Acabados Diversos	238	215	5,7	5,1	5,0	4,9	-9,5	-0,5	-9,9	-0,5
Total sem energéticos	3 670	3 534	86,6	79,4	77,7	80,4	-8,6	-7,0	-3,7	-2,9
Mercados de origem										
Intra UE-27	3 306	3 096	76,6	71,8	70,0	70,4	-7,7	-5,6	-6,4	-4,4
dos quais:										
UE-15	3 186	2 998	74,8	69,1	67,4	68,2	-8,0	-5,6	-5,9	-4,0
Espanha	1441	1393	31,1	31,8	30,5	31,7	-6,4	-2,0	-3,3	-1,0
Alemanha	555	529	14,0	11,5	11,8	12,0	-12,4	-1,5	-4,8	-0,6
França	316	290	8,7	6,6	6,7	6,6	-7,8	-0,5	-8,4	-0,6
Itália	213	202	5,5	5,3	4,5	4,6	-8,4	-0,5	-5,0	-0,2
Países Baixos	223	203	4,7	4,9	4,7	4,6	-2,6	-0,1	-8,8	-0,4
Reino Unido	151	118	3,7	3,0	3,2	2,7	-15,3	-0,5	-21,7	-0,7
Bélgica	124	118	2,9	2,5	2,6	2,7	-6,5	-0,2	-5,2	-0,1
Suécia	53	41	1,1	1,0	1,1	0,9	-13,4	-0,1	-21,7	-0,2
Irlanda	29	35	0,8	1,0	0,6	0,8	-2,6	0,0	19,0	0,1
Alargamento	120	98	1,8	2,7	2,5	2,2	0,9	0,0	-18,9	-0,5
dos quais:										
Extra UE-27	1 420	1 303	23,4	28,2	30,0	29,6	-1,4	-0,4	-8,3	-2,5
Angola	157	263	0,6	3,2	3,3	6,0	57,6	1,2	67,0	2,2
China	121	132	1,8	2,4	2,6	3,0	-7,7	-0,2	9,2	0,2
Brasil	142	56	2,3	2,4	3,0	1,3	-16,8	-0,4	-60,5	-1,8
EUA	59	95	1,6	1,7	1,3	2,2	-8,6	-0,2	60,0	0,8
Nigéria	43	2	1,7	1,6	0,9	0,0	-39,0	-1,0	-95,1	-0,9
Arábia Saudita	102	63	0,7	1,6	2,2	1,4	-10,7	-0,2	-38,2	-0,8
Argélia	94	7	1,0	1,4	2,0	0,2	-15,9	-0,2	-92,7	-1,8
Cazaquistão	91	50	0,5	1,4	1,9	1,1	-17,2	-0,3	-45,1	-0,9
Azerbaijão	0	0	0,1	0,9	0,0	0,0	71,6	0,3	0,0	0,0
Guiné Equatorial	56	0	0,7	0,9	1,2	0,0	117,0	0,4	-99,9	-1,2
Rússia	36	53	0,9	0,8	0,8	1,2	-16,5	-0,2	48,3	0,4
Líbia	0	0	1,3	0,7	0,0	0,0	17860,15	0,7	0,0	0,0
Camarões	70	83	0,3	0,7	1,5	1,9	149,2	0,4	17,6	0,3
OPEP ^[6]	491	421	6,3	9,4	10,4	9,6	10,1	0,8	-14,3	-1,5
EFTA	44	35	1,9	0,9	0,9	0,8	-38,3	-0,5	-20,2	-0,2
PALOP	160	265	0,7	3,2	3,4	6,0	52,9	1,1	65,7	2,2

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2012.

[1] Últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2013.

[2] (fev 12-jan 13)/(fev 11-jan 12) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ± 100.

[4] Não inclui tractores.

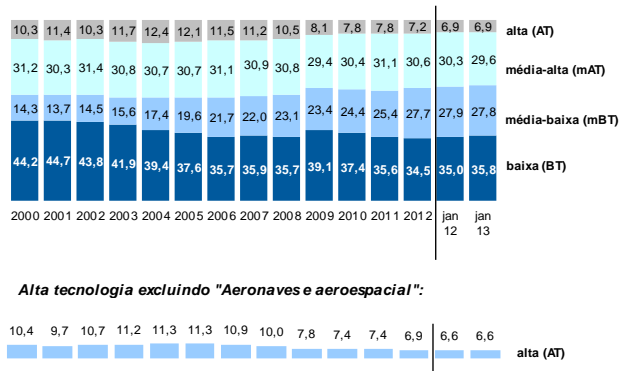
[5] Inclui tractores.

[6] Inclui Angola.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

No primeiro mês de 2013, as exportações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 5,1%. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica continuaram a representar mais de metade do total das exportações destes produtos (57,3%), sendo os produtos de baixa tecnologia aqueles cujas exportações registaram o maior crescimento homólogo (+7,4%) (Figura 3.4 e Quadro 3.7).¹

Figura 3.4. Exportações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

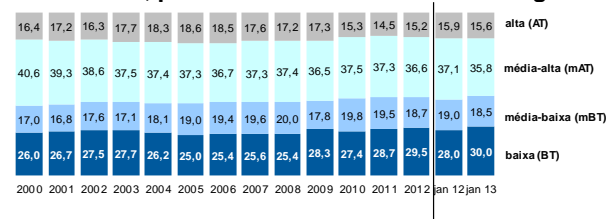
Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

As exportações de produtos de baixa tecnologia foram as que mais contribuíram para o aumento homólogo das exportações de produtos industriais transformados (+2,6p.p.).

As exportações dos produtos de média alta intensidade tecnológica contribuíram com 0,8 p.p. para o crescimento das exportações de produtos industriais transformados.

As importações de produtos industriais transformados decresceram, em termos homólogos, 4,5%, sendo os produtos de média alta e média baixa tecnologia os que mais contribuíram para esta redução (-2,9 p.p. e -1,3 p.p., respetivamente).

Figura 3.5. Importações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

Quadro 3.7. Exportações e Importações* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intensidade Tecnológica	2012	janeiro		Taxas variação (%)			%total prod. ind. transf.				Contributos ^[1] (p.p.)			
		2012	2013	média 2007-12	2012/11	janeiro 2013/12	2011	2012	janeiro		2012	janeiro 2013		
									2012	2013				
EXPORTAÇÕES														
Total dos prod. ind. transformados	42 876 469	3 452 738	3 628 993	3,4	6,2	5,1	100,0	100,0	100,0	100,0	6,2	5,1		
Alta tecnologia	3 072 636	237 084	249 382	-5,5	-2,8	5,2	7,8	7,2	6,9	6,9	-0,2	0,4		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	2 933 646	226 250	236 923	-5,7	-1,7	4,7	7,4	6,8	6,6	6,5	-0,1	0,3		
Média-alta tecnologia	13 133 086	1044 485	1073 277	3,2	4,5	2,8	31,1	30,6	30,3	29,6	1,4	0,8		
Média-baixa tecnologia	11887 577	961617	1007 683	8,3	15,8	4,8	25,4	27,7	27,9	27,8	4,0	1,3		
Baixa tecnologia	14 783 171	1209 551	1298 651	2,6	2,9	7,4	35,6	34,5	35,0	35,8	1,0	2,6		
<i>Por memória:</i>														
Total das Exportações	45 358 876	3 622 583	3 826 640	3,4	5,8	5,6	100,0	100,0	100,0	100,0	5,8	5,6		
Residual ^[3]	2 482 407	169 845	197 647	4,3	-12	16,4	5,9	5,5	4,7	5,2	-0,1	0,8		
IMPORTAÇÕES														
Total dos prod. ind. transformados	42 759 096	3 515 382	3 358 166	-3,2	-9,7	-4,5	100,0	100,0	100,0	100,0	-9,7	-4,5		
Alta tecnologia	6 498 756	558 123	525 177	-5,9	-5,2	-5,9	14,5	15,2	15,9	15,6	-0,8	-0,9		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	6 163 936	535 340	513 583	-5,5	-6,5	-4,1	13,9	14,4	15,2	15,3	-0,9	-0,6		
Média-alta tecnologia	15 639 322	1305 334	1202 968	-3,5	-11,5	-7,8	37,3	36,6	37,1	35,8	-4,3	-2,9		
Média-baixa tecnologia	8 010 897	666 763	622 437	-4,0	-13,0	-6,6	19,5	18,7	19,0	18,5	-2,5	-1,3		
Baixa tecnologia	12 610 122	985 161	1007 584	-0,4	-7,3	2,3	28,7	29,5	28,0	30,0	-2,1	0,6		
<i>Por memória:</i>														
Total das Importações	56 120 206	4 726 035	4 398 589	-1,3	-5,3	-6,9	100,0	100,0	100,0	100,0	-5,3	-6,9		
Residual ^[3]	13 361 110	1210 653	1040 423	6,7	12,2	-14,1	20,1	23,8	25,6	23,7	2,4	-0,8		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Exportações/Importações de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) - 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Exportações (Importações) – Exportações (Importações) de produtos industriais transformados.

¹Os dados anuais apresentados nas figuras 3.4 e 3.5 foram extraídos da nova série do comércio internacional (1993-2009), que inclui estimativas para as empresas abaixo dos limiares de assimilação e para as não respostas.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de dezembro de 2012, no ano de 2012, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 3,8%. A componente dos Bens contribuiu positivamente para o crescimento das “exportações” totais (+3,9 p.p.).

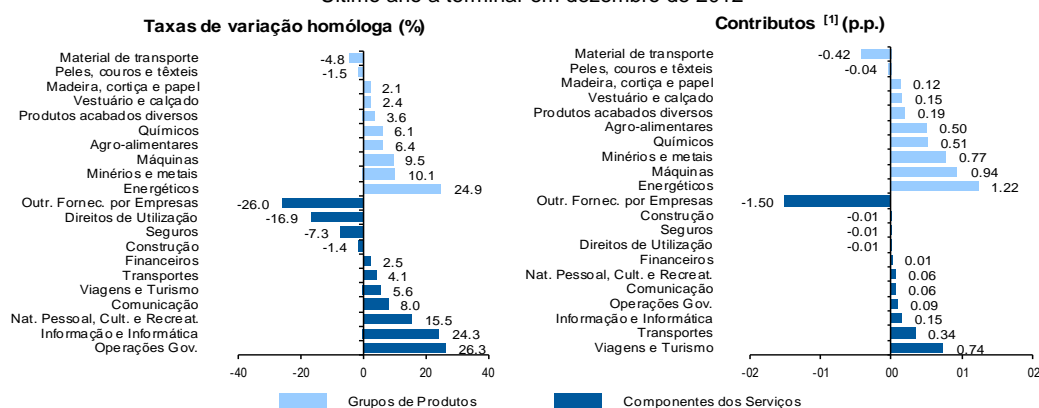
No ano de 2012, a componente dos Serviços representou 29,6% do total das “Exportações” e contribuiu negativamente (-0,1 p.p.) para o crescimento das Exportações (créditos). Do lado das Importações (débitos) o peso desta componente foi de 16,1% no total e o seu comportamento reforçou o decréscimo das importações (-6,1%) em 1,5 p.p. (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em dezembro de 2012, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+1,22 p.p.) e das “Máquinas” (+0,94 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (+0,74 p.p.) e Transportes (+0,34 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes

Último ano a terminar em dezembro de 2012



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: $TVH \times \text{Peso no período homólogo anterior} \div 100$. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (3,8%).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Valores em milhões de Euros										
	janeiro-dezembro		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
			Anual		janeiro-dezembro		média anual 06-11	12 meses [1]		janeiro-dezembro	
	2011	2012	2006	2011	2011	2012		VH [2]	contrib. p.p. [2]	VH	contrib. p.p. [2]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	62 232	64 625	100,0	100,0	100,0	100,0	4,3	3,8	3,8	3,8	3,8
Bens	43 073	45 526	71,0	69,2	69,2	70,4	3,7	5,7	3,9	5,7	3,9
Serviços	19 159	19 098	29,0	30,8	30,8	29,6	5,5	-0,3	-0,1	-0,3	-0,1
Transportes	5 184	5 395	7,1	8,3	8,3	8,3	7,5	4,1	0,3	4,1	0,3
Viagens e Turismo	8 146	8 606	13,2	13,1	13,1	13,3	4,1	5,6	0,7	5,6	0,7
Comunicação	472	510	0,9	0,8	0,8	0,8	0,1	8,0	0,1	8,0	0,1
Construção	571	563	0,8	0,9	0,9	0,9	5,9	-1,4	0,0	-1,4	0,0
Seguros	107	99	0,2	0,2	0,2	0,2	3,0	-7,3	0,0	-7,3	0,0
Financiários	227	233	0,4	0,4	0,4	0,4	3,8	2,5	0,0	2,5	0,0
Informação e Informática	377	469	0,3	0,6	0,6	0,7	17,3	24,3	0,1	24,3	0,1
Direitos de Utilização	44	36	0,1	0,1	0,1	0,1	-5,0	-16,9	0,0	-16,9	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	3 586	2 652	5,2	5,8	5,8	4,1	6,5	-26,0	-1,5	-26,0	-1,5
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	240	277	0,4	0,4	0,4	0,4	3,5	15,5	0,1	15,5	0,1
Operações Governamentais	206	260	0,3	0,3	0,3	0,4	5,7	26,3	0,1	26,3	0,1
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	68 740	64 514	100,0	100,0	100,0	100,0	1,5	-6,1	-6,1	-6,1	-6,1
Bens	57 278	54 109	84,9	83,3	83,3	83,9	1,1	-5,5	-4,6	-5,5	-4,6
Serviços	11 462	10 405	15,1	16,7	16,7	16,1	3,5	-9,2	-1,5	-9,2	-1,5
Transportes	3 401	3 257	4,7	4,9	4,9	5,0	2,4	-4,2	-0,2	-4,2	-0,2
Viagens e Turismo	2 974	2 946	4,2	4,3	4,3	4,6	2,3	-0,9	0,0	-0,9	0,0
Comunicação	420	414	0,6	0,6	0,6	0,6	1,1	-1,4	0,0	-1,4	0,0
Construção	117	103	0,2	0,2	0,2	0,2	1,8	-11,9	0,0	-11,9	0,0
Seguros	225	246	0,3	0,3	0,3	0,4	3,6	9,3	0,0	9,3	0,0
Financiários	522	423	0,3	0,8	0,8	0,7	20,3	-18,9	-0,1	-18,9	-0,1
Informação e Informática	440	368	0,4	0,6	0,6	0,6	11,0	-16,5	-0,1	-16,5	-0,1
Direitos de Utilização	387	352	0,5	0,6	0,6	0,5	4,5	-9,0	-0,1	-9,0	-0,1
Outr. Fornec. por Empresas	2 407	1 695	3,0	3,5	3,5	2,6	4,9	-29,6	-1,0	-29,6	-1,0
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	479	499	0,6	0,7	0,7	0,8	4,9	4,3	0,0	4,3	0,0
Operações Governamentais	91	102	0,3	0,1	0,1	0,2	-16,3	11,9	0,0	11,9	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até dezembro de 2012.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p>Reunião Conselho ECOFIN 05 de março de 2013</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 5 de março de 2013 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="480 398 1361 846"> <p>▪ Legislação que estabelece requisitos e regras de supervisão aplicáveis a instituições de crédito e empresas de investimento (“pacote CRD IV”): O Conselho confirmou o acordo político obtido com o Parlamento Europeu no dia 27 de fevereiro, havendo ainda um importante trabalho técnico a completar com o Parlamento Europeu antes da entrada em vigor da legislação. O pacote CRD IV é um elemento determinante para a definição de um <i>single rule book</i> na UE, sendo, enquanto tal, um passo fundamental para a progressiva estabilização financeira na Europa, já que facilitará a tarefa do supervisor único que se espera vir a assumir funções no segundo trimestre de 2014. O acordo permite, também, à UE cumprir as suas obrigações internacionais, ao transpor o acordo de Basileia III. Porque permite desenvolver um sistema bancário mais forte, mais capaz de resistir a crises, este acordo protege os contribuintes e os depositantes.</p> <li data-bbox="480 860 1361 1308"> <p>▪ Combate à fraude no IVA: O Conselho procedeu a uma troca de opiniões sobre o trabalho futuro no que se refere (i) à proposta de diretiva sobre o Mecanismo de Reação Rápida contra a fraude ao IVA, que confere à Comissão competências de execução para acelerar, em casos de fraude ao IVA súbita e de grande escala, a obtenção pelos estados-membros de autorização para derogarem as disposições da Diretiva IVA, e (ii) à proposta de diretiva, distinta mas complementar, relativa ao alargamento da aplicação opcional e temporária de um regime de autoliquidação a outros sectores em que há fraudes conhecidas, permitindo que o beneficiário de bens e serviços seja responsável pelo pagamento do IVA em vez do fornecedor. À luz do debate, a Presidência anunciou a sua intenção de prosseguir os trabalhos a nível técnico, sendo seu objetivo a adoção das propostas legislativas pelo Conselho antes do final de Junho.</p> <li data-bbox="480 1321 1361 1635"> <p>▪ Governança económica – Two-Pack: O Conselho saudou o acordo alcançado com o Parlamento Europeu, a 20 de fevereiro, relativo aos dois projetos de regulamento que compõem o chamado “Two-Pack”. Esse pacote é composto por: (i) um regulamento que estabelece disposições comuns para o acompanhamento e a avaliação dos projetos de planos orçamentais e para a correção do défice excessivo dos estados-membros da área do euro e (ii) um regulamento que visa o reforço da supervisão económica e orçamental dos estados-membros afetados ou ameaçados por graves dificuldades no que diz respeito à sua estabilidade financeira na área do euro.</p> <li data-bbox="480 1648 1361 2051"> <p>▪ Semestre Europeu – Qualidade da despesa pública: As conclusões do Conselho, no âmbito do relatório da Comissão Europeia “Qualidade da despesa pública na UE”, salientam a necessidade de aumentar a eficácia e eficiência dos gastos públicos favoráveis ao apoio de estratégias de crescimento num quadro de consolidação orçamental, salvaguardando as imprescindíveis redes de segurança social. O Conselho salienta também a importância do diálogo entre estados-membros, de modo a serem efetuadas trocas de informação quanto a melhores práticas neste domínio, tendo igualmente considerado que um melhor controlo da despesa pública também implica que esteja disponível informação estatística consistente e de elevada qualidade. Adicionalmente, considerou que o processo de consolidação da UEM assenta não apenas em completar a sua arquitetura, mas também em prosseguir</p>

Iniciativa	Sumário
	<p>estratégias diferenciadas por parte dos estados-membros, tendo em vista a implementação de políticas orçamentais orientadas para o crescimento.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforço da União Económica Monetária: O Conselho realizou uma troca de opiniões quanto a desenvolvimentos futuros de reforço da UEM. A discussão focou-se em três questões: (i) coordenação <i>ex-ante</i> de reformas de política económica nacional; (ii) acordos mútuos entre os estados-membros e instituições da UE tendo em vista competitividade e crescimento; e (iii) mecanismos de solidariedade que possam reforçar os esforços feitos pelos estados-membros. <p>Ainda durante a sessão de pequeno-almoço, os Ministros debateram a possibilidade de extensão das maturidades dos empréstimos à Irlanda e a Portugal, tendo concluído que ambos os países têm vindo a demonstrar um forte compromisso relativamente aos seus respetivos programas de ajustamento e que têm sido bem-sucedidos em corrigir desequilíbrios anteriormente acumulados. O Conselho concordou em pedir à Troika para avançar com uma proposta para dar resposta à solicitação destes dois estados-membros.</p>
<p><i>Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos</i></p> <p>Conselho de Ministros de 21 de março</p>	<p>Aprovou a alteração dos estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, com vista a completar a transposição das diretivas comunitárias que estabelecem as regras comuns para o mercado interno da eletricidade e do gás natural.</p> <p>Adicionalmente, são clarificadas as disposições relativas à composição dos conselhos consultivo e tarifário, de forma a assegurar uma maior representatividade nos referidos conselhos por parte dos diversos intervenientes nos setores da eletricidade e do gás natural.</p>
<p><i>Prazos das operações de crédito, os juros remuneratórios, a capitalização de juros e a mora do devedor</i></p> <p>Conselho de Ministros de 13 de março</p>	<p>Aprovou um diploma que estabelece as normas aplicáveis à classificação e contagem dos prazos das operações de crédito, aos juros remuneratórios, à capitalização de juros e à mora do devedor.</p> <p>O diploma agora aprovado coloca o seu principal enfoque no regime aplicável à mora do cliente bancário nos contratos de crédito celebrados, introduzindo diversas alterações em matéria de capitalização de juros, permitindo, mediante convenção das partes, a capitalização de juros remuneratórios, vencidos e não pagos, por períodos iguais ou superiores a um mês. No entanto, os juros remuneratórios que integram as prestações vencidas e não pagas só podem, relativamente a cada prestação, ser capitalizados uma única vez.</p> <p>Proíbe-se a capitalização de juros moratórios, exceto no âmbito de processos de reestruturação ou consolidação de créditos, casos em que as partes podem, por acordo, adicionar aos valores em dívida o montante de juros moratórios vencidos e não pagos.</p> <p>No que se refere à penalização aplicável em caso de mora, consagra-se um regime uniforme, mais claro e transparente, sendo apenas aplicáveis, em caso de mora do cliente bancário, juros moratórios.</p> <p>Atenta a natureza indemnizatória subjacente aos juros moratórios, e considerando também a atualização dos seus limites máximos, proíbe-se a cobrança pelas instituições de crédito de comissões relativas ao incumprimento do devedor. Admite-se apenas que as instituições de crédito possam exigir, com fundamento no incumprimento, uma comissão única, delimitada quantitativamente, respeitante à recuperação de valores em dívida, a qual é devida apenas uma vez por cada prestação vencida e não paga, com limite mínimo de 12 euros e máximo de 150 euros.</p>
<p><i>Regime do Crédito ao Consumo</i></p>	<p>Aprovou a alteração do Regime do Crédito ao Consumo, transpondo uma diretiva comunitária sobre contratos de crédito aos consumidores e estabelecendo os</p>

Iniciativa	Sumário
<p>Conselho de Ministros de 13 de março</p>	<p>pressupostos adicionais para o cálculo da taxa anual de encargos efetiva global.</p> <p>A alteração agora aprovada alarga a aplicação do regime referido, permitindo que algumas das suas disposições sejam usadas nos contratos de crédito sob a forma de facilidade de descoberto com a obrigação de reembolso no prazo de um mês e nas ultrapassagens de crédito.</p> <p>São ainda atualizadas as regras para a determinação da usura nos contratos de crédito aos consumidores e definidos limites máximos para a taxa anual de encargos efetiva global (TAEG) aplicável aos contratos de crédito sob a forma de facilidade de descoberto com a obrigação de reembolso no prazo de um mês e para a taxa anual nominal das ultrapassagens de crédito. Paralelamente impede-se que o credor exija comissões em caso de ultrapassagem de crédito.</p> <p>Cria-se também a obrigatoriedade de envio de um extrato periódico aos clientes com crédito ao consumo, à semelhança do que sucede com o crédito habitação.</p>
<p><i>Agências privadas de colocação de candidatos a empregos</i></p> <p>Conselho de Ministros de 13 de março</p>	<p>Aprovou uma proposta de lei que procede à simplificação do regime de acesso e exercício da atividade das agências privadas de colocação de candidatos a empregos.</p> <p>Esta proposta vem conformar o regime referido com os princípios e regras transpostos de uma diretiva comunitária, relativa aos serviços no mercado interno, substituindo o licenciamento por uma mera comunicação prévia, revogando a comunicação anual de comprovação de requisitos e a obrigação de constituição de caução para garantia de repatriamento de trabalhadores colocados no estrangeiro, que passa a ser facultativa.</p> <p>No sentido de uma maior responsabilização das agências, são reforçadas as contraordenações aplicáveis por incumprimento da lei e é consagrado um tipo de crime para os casos de colocação de trabalhadores no estrangeiro sem que a agência promova o respetivo repatriamento.</p>
<p><i>Entidades reguladoras</i></p> <p>Conselho de Ministros de 7 de março</p>	<p>Aprovou uma proposta de lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo.</p> <p>Trata-se de um diploma que dá cumprimento ao estabelecido no Programa do Governo e no Memorando de Entendimento.</p> <p>Por forma a prosseguirem as suas atribuições com independência, as entidades reguladoras observarão os requisitos seguintes: autonomia administrativa e financeira; autonomia de gestão; independência orgânica, funcional e técnica; possuírem órgãos, serviços, pessoal e património próprio; e terem poderes de regulação, de regulamentação, de supervisão, de fiscalização e de sanção de infrações.</p> <p>As disposições relativas aos órgãos das entidades reguladoras e ao seu funcionamento constam dos respetivos estatutos, cabendo às mesmas entidades estabelecer, nos respetivos regulamentos internos, regras sobre: a organização e disciplina do trabalho; o regime do pessoal, incluindo avaliação de desempenho e mérito; o regime de carreiras; o estatuto remuneratório do pessoal e o regime de proteção social aplicável ao pessoal.</p> <p>Anualmente as entidades reguladoras elaboram e enviam à Assembleia da República e ao Governo um relatório detalhado sobre a respetiva atividade e funcionamento.</p> <p>Por razões de constitucionalidade e de direito europeu, a lei-quadro agora aprovada não se aplica ao Banco de Portugal e à Entidade Reguladora para a Comunicação Social, os quais se regem por legislação própria.</p>

Iniciativa	Sumário
<i>Ponderação de risco dos créditos</i> Conselho de Ministros de 7 de março	Aprovou um diploma que atualiza o regime aplicável à ponderação de risco dos créditos que beneficiem de contragarantia do Fundo de Contragarantia Mútuo, passando a ser objeto de regulamentação pelo Banco de Portugal.
<i>Sector da Construção e do Imobiliário</i>	<p>Foi assinado o “Compromisso para a Competitividade Sustentável do Sector da Construção e do Imobiliário” entre o governo e a Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI).</p> <p>As linhas gerais do Compromisso, que se concretizam-se em 50 medidas, visam apoiar este sector na sua reconversão e relançamento, centrado em domínios como emprego e qualificações, acesso ao financiamento, investimento empresarial, internacionalização e inovação, reabilitação urbana e arrendamento.</p> <p>Uma das medidas mais visíveis deste pacote consiste na reafectação de 3700 milhões de euros do QREN em infraestruturas e equipamento.</p> <p>Outra das áreas-chave é o emprego. O objetivo é criar um programa para qualificar e reconverter desempregados do sector. Mais de 351 mil trabalhadores são o alvo potencial deste programa, que pretende ainda criar qualificações e competências para a reorientação do tecido empresarial para áreas como a reabilitação urbana, a construção sustentável e a eficiência energética.</p> <p>Na vertente imobiliária, a reabilitação e o arrendamento são as grandes apostas, que virão a concretizar-se através, nomeadamente, da criação de uma taxa autónoma em sede de IRS aplicável aos rendimentos do mercado de arrendamento. Nesta matéria, os particulares vão poder candidatar-se à reabilitação de habitações, beneficiando de condições de financiamento mais vantajosas.</p> <p>Apostar na internacionalização é uma das medidas previstas neste Compromisso. Estimular a diplomacia económica será a via para chegar aos mercados de elevado potencial, destacando o Mercosul, o Magrebe e a CPLP.</p> <p>No âmbito da iniciativa Jessica - que inclui verbas comunitárias e investimentos da banca - já foram constituídos três fundos de desenvolvimento urbano, no valor de 335 milhões, prevendo-se um forte impulso este ano. Outras medidas de apoio, como o caso do Plano Estratégico dos Transportes e das linhas de financiamento às pequenas e médias empresas, já estão no terreno.</p>

2. Seleção de Medidas Legislativas

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<i>Contrato Gestão Hospital de Cascais</i> Despacho n.º 3300/2013. D.R. n.º 43, Série II de 2013-03-01	Autoriza a alteração dos acordos de subscrição e realização de capital e da declaração de compromisso anexa aos mesmos, os quais constituem parte integrante do Contrato de Gestão do Hospital de Cascais.
<i>Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia (PPEC)</i> Despacho n.º 3317/2013. D.R. n.º 43, Série II de 2013-03-01	Aprovação dos critérios de avaliação relacionados com objetivos e instrumentos de política energética, no âmbito do Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia (PPEC), critério B.
<i>Apoio à contratação de desempregados com idade igual ou superior a 45 anos</i> Portaria n.º 97/2013. D.R. n.º 44, Série I de 2013-03-04	Primeira alteração à Portaria 3-A/2013, de 4 de janeiro que cria a medida de Apoio à contratação de desempregados com idade igual ou superior a 45 anos, via Reembolso da Taxa Social Única (TSU), de ora em diante designada por Medida.
<i>Declaração dinheiro líquido da União Europeia</i> Despacho n.º 3376/2013. D.R. n.º 44, Série II de 2013-03-04	Despacho que aprova o novo formulário da declaração de dinheiro líquido da União Europeia.

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Reparação de acidente de trabalho</i></p> <p>Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 6/2013. D.R. n.º 45, Série I de 2013-03-05</p>	<p>A responsabilidade pela reparação de acidente de trabalho prevista na Base XVII da Lei n.º 2127, de 3 de Agosto de 1965, e no artigo 18.º, n.º 1, da Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro, resultante da violação de normas relativas à segurança, higiene e saúde no trabalho, por parte de empresa utilizadora, e de que seja vítima trabalhador contratado em regime de trabalho temporário, recai sobre a empresa de trabalho temporário, na qualidade de entidade empregadora, sem prejuízo do direito de regresso, nos termos gerais.</p>
<p><i>Serviços prestados pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres - Taxas</i></p> <p>Portaria n.º 97-A/2013. D.R. n.º 44, Suplemento, Série I de 2013-03-04</p>	<p>Mantêm em vigor as tabelas de taxas devidas pelos serviços prestados pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, aprovadas pela Portaria n.º 1165/2010, de 9 de novembro.</p>
<p><i>Centros de inspeção técnica de veículos - candidaturas</i></p> <p>Deliberação n.º 694/2013. D.R. n.º 45, Série II de 2013-03-05</p>	<p>Procedimentos de candidatura, aprovação de centros de inspeção técnica de veículos e alteração dos mesmos.</p>
<p><i>Centros de inspeção técnica de veículos – contrato de gestão</i></p> <p>Deliberação n.º 695/2013. D.R. n.º 45, Série II de 2013-03-05</p>	<p>Aprova a minuta de contrato de gestão de centro de inspeção de veículos e estabelece os procedimentos e normas para a assinatura do mesmo.</p>
<p><i>Lista de aposentados e reformados</i></p> <p>Aviso n.º 3406/2013. D.R. n.º 48, Série II de 2013-03-08</p>	<p>Lista de aposentados e reformados a partir de 1 de abril de 2013.</p>
<p><i>Igualdade de Género e do Emprego</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2013. D.R. n.º 48, Série I de 2013-03-08</p>	<p>Aprova um conjunto de medidas que visam garantir e promover a igualdade de oportunidades e de resultados entre mulheres e homens no mercado de trabalho.</p>
<p><i>Apoio à contratação de desempregados com idade igual ou superior a 45 anos - retificação</i></p> <p>Declaração de Retificação n.º 14/2013. D.R. n.º 49, Série I de 2013-03-11</p>	<p>Retifica a Portaria n.º 97/2013, de 4 de março do Ministério da Economia e do Emprego sobre a primeira alteração à Portaria 3-A/2013, de 4 de janeiro que cria a medida de apoio à contratação de desempregados com idade igual ou superior a 45 anos, via Reembolso da Taxa Social Única (TSU), de ora em diante designada por Medida, publicada no Diário da República, n.º 44, 1ª série, de 4 de março de 2013.</p>
<p><i>Plano estratégico para a zona de influência do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 26/2013. D.R. n.º 49, Série I de 2013-03-11</p>	<p>Recomenda ao Governo a elaboração de um plano estratégico para a zona de influência do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva e um conjunto de outras medidas tendentes ao correto aproveitamento do mesmo.</p>
<p><i>Obra do Alqueva</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 25/2013. D.R. n.º 49, Série I de 2013-03-11</p>	<p>Recomenda ao Governo que promova a rápida finalização da obra do Alqueva e garanta o seu desenvolvimento futuro.</p>
<p><i>Normas de Execução do Orçamental</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 36/2013. D.R. n.º 49, Série I de 2013-03-11</p>	<p>Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2013.</p>
<p><i>Ensino Português no Estrangeiro - valor de taxas</i></p> <p>Portaria n.º 102/2013. D.R. n.º 49, Série I de 2013-03-11</p>	<p>Estabelece o valor das taxas de frequência e das taxas de realização de provas de certificação de aprendizagem do Ensino Português no Estrangeiro.</p>
<p><i>“Estímulo 2013” – apoio ao emprego</i></p> <p>Portaria n.º 106/2013. D.R. n.º 52, Série I de 2013-03-14</p>	<p>Procede à criação da medida de apoio ao emprego «Estímulo 2013», que promove a contratação e a formação profissional de desempregados e revoga a Portaria n.º 45/2012, de 13 de fevereiro.</p>
<p><i>Grandes Contribuintes - critério</i></p> <p>Portaria n.º 107/2013. D.R. n.º 53, Série I de 2013-03-15</p>	<p>Estabelece os critérios de seleção dos contribuintes cuja situação tributária deve ser acompanhada pela Unidade dos Grandes Contribuintes da Autoridade Tributária e Aduaneira.</p>
<p><i>Reconhecimento das competências de educação não formal - associativismo e o voluntariado</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 32/2013. D.R. n.º 53, Série I de 2013-03-15</p>	<p>Recomenda ao Governo a valorização e o reconhecimento das competências de educação não formal adquiridas pelos jovens através do associativismo juvenil e do voluntariado.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Suporte Básico de Vida – formação obrigatória</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 33/2013. D.R. n.º 53, Série I de 2013-03-15</p>	<p>Recomenda ao Governo que introduza no 3.º ciclo do ensino básico das escolas nacionais uma formação, de frequência obrigatória, em Suporte Básico de Vida.</p>
<p><i>Educação não formal</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 34/2013. D.R. n.º 53, Série I de 2013-03-15</p>	<p>Recomenda ao Governo a valorização e o reconhecimento da educação não formal.</p>
<p><i>Comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa a partir de 2013</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 38/2013. D.R. n.º 53, Série I de 2013-03-15</p>	<p>Regula o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa a partir de 2013, concluindo a transposição da Diretiva n.º 2009/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril de 2009, a fim de melhorar e alargar o regime comunitário de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa.</p>
<p><i>Prevenção Branqueamento de capitais</i></p> <p>Portaria n.º 150/2013. D.R. n.º 53, Série II de 2013-03-15</p>	<p>Aprovação da lista de países terceiros equivalentes em matéria de prevenção do branqueamento de capitais.</p>
<p><i>Comparticipações Estado SNS.</i></p> <p>Despacho n.º 4005/2013. D.R. n.º 54, Série II de 2013-03-18</p>	<p>Estabelece que o pagamento das participações do Estado na compra de medicamentos dispensados a beneficiários dos subsistemas de saúde passa a ser encargo do SNS, a partir de 1 de abril de 2013.</p>
<p><i>Metas nacionais de utilização de energia renovável</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 39/2013. D.R. n.º 54, Série I de 2013-03-18</p>	<p>Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 141/2010, de 31 de dezembro, que estabelece as metas nacionais de utilização de energia renovável no consumo final e transpõe a Diretiva n.º 2009/28/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril.</p>
<p><i>Programa “Aproximar”</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/2013. D.R. n.º 55, Série I de 2013-03-19</p>	<p>Cria o Aproximar - Programa de Descentralização de Políticas Públicas.</p>
<p><i>Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia (PPEC) 2013 – 2014</i></p> <p>Despacho n.º 4131/2013. D.R. n.º 56, Série II de 2013-03-20</p>	<p>Aprova a repartição orçamental do Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia (PPEC) 2013 – 2014.</p>
<p><i>Promoção da inclusão social de crianças e jovens</i></p> <p>Despacho n.º 4202/2013. D.R. n.º 57, Série II de 2013-03-21</p>	<p>Aprova, em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante, o regulamento específico que define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da tipologia de intervenção n.º 6.14 "Programas integrados para a promoção da inclusão social de crianças e jovens" do eixo n.º 6 "Cidadania, inclusão e desenvolvimento social" do Programa Operacional Potencial Humano, bem como das correspondentes tipologias de intervenção do seu eixo n.º 8 "Algarve" e n.º 9 "Lisboa".</p>
<p><i>Cursos de Especialização Tecnológica (CET)</i></p> <p>Despacho n.º 4257/2013. D.R. n.º 58, Série II de 2013-03-22</p>	<p>Cria e autoriza o funcionamento do CET de Técnico/a Especialista em Desenvolvimento de Produtos Multimédia, na entidade formadora PROINOV - Consultoria em Gestão, Formação e Multimédia, Lda., com início no ano de 2013.</p>
<p>Despacho n.º 4258/2013. D.R. n.º 58, Série II de 2013-03-22</p>	<p>Cria o Curso de Especialização Tecnológica (CET) em Telecomunicações e Redes e autorizado o seu funcionamento na NOVOTECNA - Associação para o Desenvolvimento Tecnológico.</p>
<p>Despacho n.º 4259/2013. D.R. n.º 58, Série II de 2013-03-22</p>	<p>Cria o Curso de Especialização Tecnológica (CET) em Automação, Robótica e Controlo Industrial e autoriza o seu funcionamento na NOVOTECNA - Associação para o Desenvolvimento Tecnológico.</p>
<p>Despacho n.º 4260/2013. D.R. n.º 58, Série II de 2013-03-22</p>	<p>Cria o Curso de Especialização Tecnológica (CET) em Desenvolvimento de Produtos Multimédia e autorizado o seu funcionamento na NOVOTECNA - Associação para o Desenvolvimento Tecnológico.</p>
<p><i>Tarifa social de gás natural</i></p> <p>Despacho n.º 4261/2013. D.R. n.º 58, Série II de 2013-03-22</p>	<p>Determina o limite máximo da variação da tarifa social de venda a clientes finais dos comercializadores de último recurso do ano gás 2012-2013 para o ano gás 2013-2014, para efeitos de aplicação nas tarifas de gás natural do ano gás 2013-2014, prevista no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 101/2011, de 30 de setembro é de 0,9%.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Tabela de preços Biblioteca Central MF</i> <i>Despacho n.º4232/2013. D.R. n.º 58, Série II de 2013-03-22</i></p>	<p>Despacho que aprova a tabela de preços a praticar na reprodução da documentação da Biblioteca Central e do Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças.</p>
<p><i>Unidade dos Grandes Contribuintes</i> <i>Portaria n.º 117/2013. D.R. n.º 59, Série I de 2013-03-25</i></p>	<p>Estabelece os critérios de seleção dos contribuintes cuja situação tributária deve ser acompanhada pela Unidade dos Grandes Contribuintes.</p>
<p><i>Compensação anual ao Sistema Elétrico Nacional – centros electroprodutores eólicos</i> <i>Portaria n.º 119/2013. D.R. n.º 59, Série I de 2013-03-25</i></p>	<p>Procede à regulamentação das consequências jurídicas do não cumprimento temporário da obrigação de pagamento da compensação anual ao Sistema Elétrico Nacional, e das condições para o afastamento da sua conversão em incumprimento definitivo.</p> <p>O Decreto-Lei n.º 35/2013, de 28 de fevereiro, prevê a faculdade, por parte de determinados titulares de centros electroprodutores eólicos, de adesão a um regime remuneratório alternativo durante um período adicional de cinco ou sete anos, após o termo dos períodos iniciais de remuneração garantida atualmente em curso, mediante a assunção do compromisso de contribuir para a sustentabilidade do Sistema Elétrico Nacional (SEN). Concretamente estabelece-se a obrigação de pagamento de uma compensação anual, em 12 prestações mensais.</p>

Abreviaturas Utilizadas

Abreviaturas

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	OE	Orçamento do Estado
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMMM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia	Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>
DGO	Direção-geral do Orçamento		
DGT	Direção-geral do Tesouro		
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Emprego		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e da Administração Pública		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Varição em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Varição homóloga
VHA	Varição homóloga acumulada
VITA	Varição intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano
VM01	Varição homóloga dos últimos 01 meses

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.

: representa valor não disponível.

- não se aplica.